



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 005

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE MARÇO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Chico Noroeste e Luiz Carlos Martins.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 004

Exmo. Senhor governador do Estado e Ilmo. Senhor diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

O deputado Artagão Júnior, dirige-se a V. Exa. e ao Ilmo. Senhor diretor, para expor e reivindicar o seguinte:

Art. 1º- Propõe ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran/PR), para mudar a jurisdição do Posto do Detran/PR de Cambira, atualmente circunscrita à Ciretran de Jandaia do Sul, para competência da Ciretran do município de Apucarana.

Art. 2º- Justifica-se tal reivindicação em função de o município de Cambira estar intrinsecamente vinculado jurídica, jurisdicional, econômica e socialmente ao município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 005

Exmos. Senhores Orlando Pessuti, secretário de Estado da Agricultura e Onaur Ruano, diretor-presidente do Instituto Agrônomo do Paraná-Iapar.

A deputada que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exas., respeitosamente, para solicitar a cessão de três alqueires do terreno de propriedade do Iapar, localizado na Estrada São Miguel, no município de Londrina, pelo instrumento legal cabível, para a Oscip MAE - Meio Ambiente Equilibrado, para fins de restauração, conservação e preservação desse patrimônio.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O referido terreno, que está localizado ao lado da sede do Iapar em Londrina, não está sendo utilizado.

A Oscip MAE, que tem realizado importantes trabalhos de promoção social nas áreas da educação ambiental e da saúde em Londrina, pleiteia a cessão dessa área de terras a fim de que possa restaurar a capela lá existente, para uso da comunidade, e utilizar o restante do terreno para a implantação de projeto de plantio de ervas medicinais e fabricação de complemento alimentar, que serão distribuídos a preço de custo à população de baixa renda.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 095

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 003/2004 (Mensagem nº 004/2004) - dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoioamento:

Tadeu Veneri

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final dos projetos de lei aprovados em 2º discussão, que não sofreram emendas no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 122

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o aditivo ao requerimento de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades na administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa e demais Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, RATINHO JÚNIOR, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NELSON TURECK, MILTINHO PUPIO, FERNANDO RIBAS CARLI, ADEMAR TRAIANO, DELEGADO BRADOCK, JOCELITO CANTO, LUIZ ACCORSI, WALDIR LEITE, CLEITON KIELSE, BARBOSA NETO, CHICO NOROESTE, MAURO MORAES, AILTON ARAÚJO, RENI PEREIRA, HERMAS BRANDÃO, NEIVO BERALDIN, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 117

Senhor Presidente:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER o seguinte:

01) A instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades na administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

02) A CPI que se pretende a instauração, terá duração de 120 (cento e vinte dias).

03) Será composta por 07 (sete) membros.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Nelson Tureck, Luciana Rafagnin, Plauto Miró Guimarães, André Vargas, Mauro Moraes, Antônio Anibelli, Ailton Araújo, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Artagão Júnior, Elza Correia, Barbosa Neto, Alexandre Curi, Natálio Stica, Reni Pereira, Waldir Leite, Pedro Ivo Ilkiv, Fernando Ribas Carli, Jocelito Canto, Ademir Bier, Nereu Moura, Wanderlei Iensen, Elton Carlos Welter, Dobrandino da Silva e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncias anônimas, nunca houve auditoria ou controle dos valores pagos, não se sabendo ao certo a arrecadação diária nas seções de caixa dos diversos setores da Universidade, conforme se segue:

1 - Fazenda-Escola:

Não se sabe quantos e quais animais compõem o plantel existente, bem como a prática de inseminação artificial que se dá sem qualquer controle;

convênios com empresas multinacionais para a realização de experimentos sem qualquer registro ou controle;

descontrole da produção agrícola;

administradores com patrimônio incompatível aos seus ganhos.

2 - Restaurante Universitário:

Inexistência de controle de real frequência x faturamento.

3 - Departamento de Odontologia:

Exemplo: eram autorizadas e pagas pelo SUS, 500 (quinhentas) radiografias/mês. No entanto para que fossem pagas, haveria a necessidade de, nas respectivas fichas dos pacientes, haver anotações de que foram efetuadas as radiografias. Para tanto existem casos em que no mesmo dia, 14 pacientes realizaram 14 radiografias cada. Muita coincidência... é subestimar a inteligência de qualquer um.

Existência de Caixa 2 no Deodon;

Aquisição de equipamentos autoclave, o qual não consta no patrimônio.

4 - Recursos Humanos:

Obtenção por parte de alguns professores de graus de mestres e doutores, financiados pela UEPG e que logo após a obtenção dos títulos pedem exoneração, não ressarcindo os cofres da Instituição.

Professores que recebem o Tide e no entanto prestam serviços a terceiros.

Pagamento de horas extras irregulares. Estamos de posse de uma gravação que merece ser melhor avaliada, na qual *a priori* depreende-se uma negociação com servidores vigias acerca de horas extras programadas.

5 - Denúncias feitas a partir de declarações:

5a - **Do cheque recibo por Laudini da Rosa**, servidor da UEPG, no valor de R\$33,61 (trinta e três reais e sessenta e um centavos);

Laudi recebeu um cheque emitido há dois anos, no setor de contabilidade, das mãos do servidor Luiz Antonio, o qual não soube explicar a origem do valor, tendo ido até o caixa do Banestado de onde sacou com a funcionária Margô, a qual também não soube explicar a origem do valor.

Pergunta-se: qual a origem do crédito? Quem são as pessoas emitentes do cheque, senhores Luiz Aldenucci Júnior e Manoel de Jesus Valverde? Por que se manteve tal cheque durante dois anos na posse da Universidade?

5b - **Denúncias feitas por Rosvaldo Antonio Kalinoski**, funcionário da UEPG - Setor de Odontologia.

Faz denúncias acerca de arrecadação dos valores para tratamento dentário, sendo que os pacientes pagavam diretamente aos funcionários da UEPG, e não eram recolhidos em guia junto ao Banco, sem nenhum controle dos valores que eram arrecadados. Conta ainda, que os valores eram depositados diretamente na conta bancária do chefe do Departamento, Elias Zahid Fadel. Relata também que, para que pudessem ser recebidos os valores do INSS, era feito listagem de atendimento com nomes de pacientes arrecadados até da lista telefônica; denuncia ainda que as películas utilizadas para radiografias eram compradas pelos alunos e que no entanto eram cobradas do SUS, havendo uma dupla cobrança.

5c - Depoimento de Darci Santos:

Darci Santos, funcionário da UEPG, foi ouvido em Comissão de Processo Administrativo na UEPG, onde relata que por vezes lhe foi solicitado numerários que foram dados às pessoas de Nadir Laidane, Gabriel Kravchyn, Roberto Frederico Merhy, para despesas que não podiam ser empenhadas e que tais pessoas garantiram ao Sr. Darci Santos que nunca haveria uma auditoria.

Diante de tais fatos justifica-se o pedido de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os indícios das irregularidades apontadas nas denúncias.

REQUERIMENTO Nº 091

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a liberação de verbas para pagamento de custas de viagem para participar da Missão Oficial Paranaense à Argentina entre os dias 02 e 07 de março na cidade de Buenos Aires.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 092

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para se ausentar entre os dias 02 e 07 de março de 2004 para participar da Missão Paranaense à Argentina, na cidade de Buenos Aires.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a liberação de verbas para pagamento de custas de viagem para participar da Missão Oficial Paranaense à Argentina

entre os dias 02 e 07 de março na cidade de Buenos Aires.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para se ausentar entre os dias 02 a 07 de março de 2004 para participar da Missão Paranaense à Argentina, na cidade de Buenos Aires.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização para ausentar em viagem oficial para participar da Missão Paranaense à Argentina entre os dias 02 a 07 de março.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a liberação de verbas para pagamento de custas de viagem oficial para participar da Missão Paranaense à Argentina entre os dias 02 a 07 de março na cidade de Buenos Aires.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 114

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar Especial, composta pelos senhores deputados da Região Oeste, para que no prazo de 30 (trinta) dias, gestione junto ao Governo do Estado, providências imediatas para solucionar grave problema que preocupa a comunidade paranaense, a direção da instituição de ensino superior e a classe acadêmica, referente à falta de professores na Unioeste. Torna-se urgente a manifestação da Assembléia Legislativa para solucionar esse grave problema, tendo em vista o início do ano letivo, previsto para o próximo dia 22 e da não existência de profissionais para ministrar as aulas.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) CHICO NOROESTE

RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 093

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Jorge Kudri.

Requer mais, que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Jorge Kudri, competente profissional de imprensa e dedicado dirigente esportista, faleceu no último dia 20 de fevereiro, aos 65 anos de idade, depois de uma vida plena a serviço da comunidade. Em sua ascendente carreira profissional foi repórter do então jornal Paraná Esportivo e do jornal Diário Popular, onde chegou às elevadas funções de diretor comercial e, ultimamente, diretor executivo, formando ao lado do seu irmão e presidente daquela empresa de comunicações, o jornalista Abdo Aref Kudri, na organização por quase três décadas, de eventos como a promoção Chuteira de Ouro, para homenagear jogadores, treinadores e dirigentes que se destacaram nos campeonatos esportivos paranaenses.

Jorge Kudri serviu ainda como coordenador de Divulgação e Diretor de Comunicações desta Assembléia Legislativa, antes de se aposentar no serviço público, tendo contribuído com inúmeras iniciativas para organizar e dinamizar os serviços de nossa imprensa legislativas.

Mas, fora das atividades profissionais, sua paixão foi o esporte amador, revelada quando fazia cobertura jornalística de um campeonato de futebol de salão, em 1955. Desde então, Jorge Kudri não se apartou mais das quadras e dos jogos, passando a acompanhar de perto a evolução dessa modalidade esportiva, até que em 1971 foi eleito presidente da Federação Paranaense de Futsal. Durante os sucessivos mandatos que desempenhou à frente da entidade estadual, Jorge Kudri dedicou-se à organização do esporte - com clubes estruturados ao nível nacional - e construção de sua sede própria, hoje uma instalação moderna e bem equipada no centro de Curitiba.

Por essa dedicação voluntária à causa do esporte e pela exemplar carreira profissional, Jorge Kudri mereceu a consideração geral de seus conterrâneos e a saudade do povo paranaense, expressa por este voto de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Jorge Kudri.

Requer mais, que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Jorge Kudri, competente profissional de imprensa e dedicado dirigente esportista, faleceu no último dia 20 de fevereiro, aos 65 anos de idade, depois de uma vida plena a serviço da comunidade. Em sua ascendente carreira profissional foi repórter do então jornal Paraná Esportivo e do jornal Diário Popular, onde chegou às elevadas funções de diretor comercial e, ultimamente, diretor executivo, formando ao lado do seu irmão e presidente daquela empresa de comunicações, o jornalista Abdo Aref Kudri, na organização por quase três décadas, de eventos como a promoção Chuteira de Ouro, para homenagear jogadores, treinadores e dirigentes que se destacaram nos campeonatos esportivos paranaenses.

Jorge Kudri serviu ainda como coordenador de Divulgação e Diretor de Comunicações desta Assembléia Legislativa, antes de se aposentar no serviço público, tendo contribuído com inúmeras iniciativas para organizar e dinamizar os serviços de nossa imprensa legislativas.

Mas, fora das atividades profissionais, sua paixão foi o esporte amador, revelada quando fazia cobertura jornalística de um campeonato de futebol de salão, em 1955. Desde então, Jorge Kudri não se apartou mais das quadras e dos jogos, passando a acompanhar de perto a evolução dessa modalidade esportiva, até que em 1971 foi eleito presidente da Federação Paranaense de Futsal. Durante os sucessivos mandatos que desempenhou à frente da entidade estadual, Jorge Kudri dedicou-se à organização do esporte - com clubes estruturados ao nível nacional - e construção de sua sede própria, hoje uma instalação moderna e bem equipada no centro de Curitiba.

Por essa dedicação voluntária à causa do esporte e pela exemplar carreira profissional, Jorge Kudri mereceu a consideração geral de seus conterrâneos e a saudade do povo paranaense, expressa por este voto de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 084

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Dr. Rafael Augusto Cassetari, pela posse como desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O Exmo. Dr. Rafael Augusto Cassetari, tem dedicado seus anos de trabalho à prestação de relevantes serviços à Justiça e ao Estado do Paraná como um todo.

Trata-se de pessoa respeitável que, além do exercício profissional, dedica-se com grande desprendimento na ajuda espiritual ao próximo, estando profundamente comprometido com o Senhor Jesus Cristo na divulgação das boas novas do Evangelho.

REQUERIMENTO Nº 086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao jornal Correio Paranaense, na pessoa do seu diretor, Renato Barroso, pela coluna Espaço Gospel, editada pelo jornalista Carlos Maranhão.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O Correio Paranaense, além de bem informar, é o jornal que também preocupa-se com o bem-estar espiritual do povo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 097

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido, o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao senhor governador do Estado, Roberto Requião, pela iniciativa de ter sido o primeiro governador a tornar os bingos e demais jogos de azar ilegais em seus Estado, mesmo contrariando decisão do Governo Federal, atitude que hoje se mostra acertada.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 115

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações à fundação da ONG Fronteira.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao presidente da entidade, no endereço R. Davi Cardoso, 688, jardim Panorama em Foz do Iguaçu - PR, CEP. 85851-575.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A ONG Fronteira, surge da agregação de pessoas comprometidas com o desenvolvimento e o progresso sustentável de Foz do Iguaçu.

Tem como missão ser um ente de estudos e fomento para a inclusão social e de desenvolvimento sustentável, legalizado e organizado do segmento de turismo de compras do Brasil.

Muito se fala, muito se diz, mas concretamente, muito pouco se faz em favor dos milhares de trabalhadores envolvidos com o turismo de compras.

É chegada a hora de, respeitada a legalidade e a moralidade, na condução da coisa pública, efetuar o resgate social e dar dignidade de trabalho aos sofridos trabalhadores que dependem desse micro-comércio para sobreviver e nada melhor que medidas sejam sugeridas com base em estudos técnicos como os que a ONG Fronteira disponibiliza.

REQUERIMENTO Nº 116

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inclusão nos anais da presente Sessão, de registro do Centenário de nascimento de Dom Manuel da Silveira D'Elboux, venerável arcebispo de Curitiba, de 1950 a 1970, fundador da Universidade Católica do Paraná, atual PUC.

Solicita ainda a remessa, através esta egrégia Casa de Leis, de congratulações pela auspiciosa data, a Sua. Revma. Dom Pedro Fedalto, sucessor de Dom Manuel, na Arquidiocese de Curitiba e Grão Chanceler da PUC, bem como ao reitor da Pontifícia Universidade Católica, professor Clemente Ivo Juliato, e ao corpo docente daquela instituição.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Ocupo a tribuna desta Assembléia dos paranaenses, para lembrar o centenário de nascimento, comemorado ontem, na Catedral de Curitiba, de Dom Manuel da Silveira D'Elboux, arcebispo de Curitiba, de 1950 a 1970, fundador da Universidade Católica do Paraná, hoje PUC.

O ilustre brasileiro, filho de Maria Francisca de Silveira D'Elboux e de Ozório Florencio D'Elboux, nasceu em Itu, no Estado de São Paulo, a 29 de fevereiro de 1904, e ali foi batizado e crismado na Igreja de Nossa Senhora da Candelária, daquela histórica cidade de Itu, pelo bispo de São Paulo, Dom José de Camargo Barros, que entre 1894 e novembro de 1903, havia sido o primeiro bispo de Curitiba.

Foi ordenado em 1928, por Dom Duarte Leopoldo e Silva, que, entre 1904 e 1907, também havia sido bispo de Curitiba.

Quis Deus, no serviço do povo, que Dom Manuel exercesse brilhante carreira eclesiástica, chegando, em 1940, a bispo auxiliar de Ribeirão Preto, onde era titular o ex-presidente da Assembléia Legislativa do Paraná e ex-senador pelo Paraná, o curitibano Dom Alberto José Gonçalves. Sempre a ligação com a história de Curitiba e do Paraná, já sinalizava o futuro de Dom Manuel.

Em 18 de fevereiro de 1946, Dom Manuel assumiu a Diocese de Ribeirão Preto, sucedendo Dom Alberto Gonçalves. Ali ficou até que o Papa Pio XII o designasse

para ocupar o Arcebispado de Curitiba, a 19 de agosto de 1950.

O segundo arcebispo de Curitiba, sucessor de Dom João Francisco Braga, tomou posse a 8 de dezembro de 1950, e reinou até que sua morte, a 5 de fevereiro de 1970. Está sepultado na Capela do Santíssimo Sacramento da Catedral Basílica de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

De Dom Manuel, a cidade de Curitiba guarda a memória da fundação das paróquias do Bom Jesus das Mercês, em 1951, do Rocio e do Bigorrião, em 1952, de Uberaba e de Santa Quitéria, de Nossa Senhora da Aparecida do Barigui, em 1953, do Espírito Santo - da rua Mateus Leme - da Água Verde, do Carmo do Boqueirão e do Tarumã, em 1954, do Guadalupe, do Ahu, e de Santo Antonio da Boa Vista, em 1955.

Foi Dom D'Elboux o mentor do Albergue São João Batista e do Lar de Meninos São Luiz. Dos colégios católicos - Medianeira, confiado aos padres jesuítas - Madalena Sofia, em Higienópolis e Bairro Alto, Escola Social Madre Cléia, no Capão Raso, o Colégio Bagozzi, no Portão, entre tantas outras obras.

Seu maior feito cultural foi, no entanto, a consolidação da Universidade Católica do Paraná, a partir de 1950, com o curso de Filosofia, Ciências e Letras, e o curso de Enfermagem, em 1954, seguindo-se os cursos de Medicina e Direito, e, depois, todos os outros. Para isto contou com o inestimável apoio de seu erudito bispo auxiliar, o latinista curitibano Dom Jerônimo Mazzarotto, primeiro Reitor da Universidade Católica do Paraná.

Arcebispo exemplar, Dom Manuel foi pastor amoroso da grei curitibana e paranaense. Brilhou entre os padres conciliares do Concílio Vaticano II, em Roma. Soube implantar com sabedoria os ensinamentos do Papa João XXIII, iluminando a Igreja local com as novas luzes do Concílio Ecumênico.

A todos os paranaenses, serviu com bondade e virtude.

Para sua perpétua memória, na Catedral Basílica, presentes, seu sucessor, vários bispos, seus sobrinhos vindos de São Paulo, o retiro e a congregação de professores da PUC, e numerosa platéia de fiéis, ontem, 29 de fevereiro, pela manhã, foi realizada solene celebração de centenário, que agora, respeitosamente, registramos nestes Anais parlamentares, para a história do nosso amado Paraná.

REQUERIMENTO Nº 088

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Delmonaco Neto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 089

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Brigílio de Jesus Marcos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 090

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Lino Max Sobrinho.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor ao Sr. João Noma, presidente da empresa Truck Noma, situada em Sarandi, em razão da construção da nova sede da empresa, em terreno de 500 mil metros quadrados, bem como a geração de duzentos novos empregos já em 2004 e os previstos para 2005, com a mudança para a nova sede.

Conforme matéria publicada na Gazeta Mercantil de 30 de dezembro de 2003, cuja cópia segue anexa, a Noma do Brasil foi fundada em 1967, especializada na produção de implementos rodoviários.

No ano de 2003, faturou 90 milhões de reais, 70% mais que em 2002.

A empresa investirá cerca de 20 milhões de reais na construção de nova sede, em terreno com 500 mil metros quadrados. Atualmente, a empresa está instalada em terreno de 100 mil metros quadrados. O crescimento da empresa vem acompanhando a expansão do mercado de grãos e 2004 será um ano de planejamento e construção das novas instalações.

A clientela da Noma é formada basicamente por pequenos e médios transportadores. Outra fonte de negócios é a exportação para países da América do Sul, mercado que representou 10% do faturamento em 2003.

É preciso enaltecer o trabalho dessa empresa, que realmente está gerando riqueza e empregos na região de Maringá, trazendo ao povo de Sarandi expectativas de crescimento daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 109

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de desagravo ao senhor ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, em face dos ataques sofridos em virtude do chamado “Caso Waldomiro”, uma vez que o mesmo recebeu o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná nesta Casa de Leis e tendo provado inúmeras vezes ser um patrimônio humano de primeira ordem, político respeitado e de conhecida dedicação à manutenção de democracia e ao desenvolvimento político e econômico do nosso país.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

Apoioamento:

Vanderlei Iensen, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Tadeu Veneri, Natálio Stica e (1) Ilegível.

REQUERIMENTO Nº 084-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, ao Exmo Sr. Governador que sejam tomadas medidas mais drásticas e objetivas para combater a prostituição e o tráfico de drogas no Bairro Alto, Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade está apavorada com o pouco caso que os marginais e prostitutas fazem da ação policial, que não consegue coibir o tráfico nem a prostituição no bairro.

REQUERIMENTO Nº 098

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Sr. diretor-presidente da Sanepar, Stênio Salles Jacob, solicitando, em caráter de urgência, a instalação de Sistema de Esgoto no bairro Bela Vista no município de Castro. Tal solicitação se justifica pelo fato de o referido bairro ter sido criado há 32 anos, ter população aproximada de 150 famílias, estar localizado há 1500 metros da

usina de tratamento de sólidos e apesar disso, ainda não possuir sistema de esgoto, que traria melhor qualidade de vida àquela população.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 099

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Sr. secretário de Estados dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando, em caráter de urgência, reconstrução de ponte na PR-090 - Estrada do Cerne, que liga o município de Castro ao município de Piraí do Sul, na altura da região das pedras. Tal solicitação se justifica pelo fato de a referida estrada ser utilizada para a escoação da safra agrícola da região, e a queda da ponte causa inúmeros transtornos, além de onerar o transporte.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 100

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, relativos à TVE - Rádio e Televisão Educativa do Paraná, com base no Decreto 253, de 29/01/2003:

1. quanto o Governo do Estado investe mensalmente na manutenção da TVE, acompanhado de cópia das planilhas de custos;
2. quanto era investido no governo anterior;
3. qual a origem dos recursos destinados a TVE;
4. quem participa da definição de diretrizes da programação da emissora;
5. quem são os funcionários e prestadores de serviço da TVE e quanto recebe mensalmente cada um deles.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 118

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando ao mesmo providências no sentido de criar solução para a superlotação do mini presídio de Maringá, cuja capacidade hoje é para 120 detentos e abriga 250 detentos, bom como a construção de uma Casa de Custódia em Maringá.

Solicita-se, outrossim, sejam determinadas providências para coibir a violência e a marginalidade

que vem atemorizando a população maringaense, onde o número de assaltos vem crescendo de forma assustadora.

A situação carcerária na cidade é crítica e os detentos estão submetidos a situação desumana, chegando a temperatura ambiente naquelas instalações a 55 graus.

Em 11 de novembro de 2003, a signatária encaminhou ao secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, correspondência relatando a situação do sistema carcerário da Comarca de Maringá, onde urge a necessidade da construção de uma Casa de Custódia.

A Vara de Execuções Penais de Maringá é responsável por 37 comarcas e tem 9708 cadastros de execuções penais. Esse quadro, reunindo o maior número de cadastros de execuções penais do interior do Estado, necessita de medidas urgentes por parte do Poder Público Estadual.

O Secretário da Justiça e Cidadania respondeu à signatária, em 21 de janeiro de 2004, que seria incluída a construção da Casa de Custódia em programação. Contudo, pedimos urgência nessa providência para tentar amenizar a situação constatada em Maringá.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 119

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo sejam criados cargos em Comissão provisórios para suprir a necessidade urgente de pessoal dos Institutos Médicos Legais - IML's, no modelo em que foram criados para a Fundação Teatro Guaíra, como medida paliativa de uma situação grave que envolve o atendimento à população em seu pior momento - a perda de entes queridos - sendo considerada uma desumanidade o tempo de espera para a liberação de corpos para o velório e enterro.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Ailton Araújo, Carlos Simões, Ademar Traiano e Ratinho Júnior.

REQUERIMENTO Nº 083

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Administração do Porto de Paranaguá, solicitando informações sobre como está sendo efetuado o embarque da safra de grãos, e os motivos para alterações na logística do referido Porto, tendo em vista que uma delas proíbe a entrada de caminhões no pátio de triagem sem que haja programação de embarque em navio.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A preocupação dos produtores rurais e da Associação Nacional de Exportadores de Cereais - ANEC, é com as referidas medidas que atrasam a posição do Estado do Paraná e prejudicam os produtores. Exemplificamos com o preço da saca de soja de 60 kg, hoje é menor em Paranaguá do que em outros portos do País. O tempo de espera dos navios no porto de Paranaguá para embarque é duas vezes maior que nos portos do Rio Grande do Sul, de São Paulo e Santa Catarina.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - O artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 30 - ...

...

XIX - Comissão de Ciência e Tecnologia.”

Art. 2º - O artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 33 - ...

...

§ 19 - À Comissão de Ciência e Tecnologia compete:

I - manifestar-se em proposições que visem a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, à sistematização, à aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos;

II - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual em favor do desenvolvimento científico e tecnológico;

III - promover estudos, debates e projetos que visem à identificação das necessidades urbanas e ao aproveitamento das potencialidades do Estado;

IV - apoiar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação da base técnico-científica do Estado, constituída de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico;

V - apoiar a elaboração da Política Estadual de Ciência e Tecnologia.”

Art. 33 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução tem por finalidade criar, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia, que terá como missão precípua o exame de proposições que visem a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, à sistematização, à aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Outras atribuições importantes da Comissão, serão: debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual em favor do desenvolvimento científico e tecnológico; apoiar a elaboração da Política Estadual de Ciência e Tecnologia e, ainda, promover estudos, debates e projetos que visem a identificação das necessidades urbanas e ao aproveitamento das potencialidades do Estado.

Enfim, a proposta de instituição de uma comissão especializada em ciência e tecnologia visa, fundamentalmente, a criar condições e contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Estado e, desse modo, melhorar as condições de vida da população no que se refere aos padrões de saúde, educação, emprego, habitação, transporte e ambiente.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 027/2004**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o “Dia de Inclusão Digital” a ser comemorado no último sábado do mês de março de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Em um mundo onde o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e o uso da tecnologia se mostra cada dia mais necessária para a inclusão do trabalhador no mercado, principalmente no setor de serviços, torna-se obrigação de todo governo democrático promover a familiarização do seu povo como o mundo digital.

Nosso Estado situa-se na média nacional de utilização de Tecnologia de Informação (TI) pelos cidadãos com 14% de pessoas que interagem com computador e 8,3% que têm Internet domiciliar. É sem dúvida alguma um quadro de exclusão digital. Associa-se a isto, a colocação do Brasil em 65º lugar entre todos os países do

mundo, no que se refere a utilização de TI pelos seus habitantes.

Com base no exposto, sabendo dos grandes desafios que o Paraná e o Brasil encontrarão nesse setor neste início de século que este deputado propõe o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 028/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Real, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Vila Real, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.214.676/0001-87, tem sua sede na Rua João Baptista Groff, 496, na cidade de Curitiba-PR. É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que vem prestando importantes serviços sócio-comunitários à coletividade onde atua.

Em sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 029/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reduzida para 7,5% a alíquota do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, nas operações internas de empresas que utilizam o lixo reciclado como matéria-prima em seus produtos.

Art. 2º - Para cumprimento do disposto nesta lei, o Poder Executivo realizará a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da redução na arrecadação, firmando o convênio para a redução de alíquota de que trata esta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Cada ser humano produz semanalmente aproximadamente 5 quilos de lixo. Se somarmos toda a produção mundial, os números são assustadores. Só o Brasil

produz 240 mil toneladas de lixo por dia, valor sujeito a variações provocadas pelo aumento do poder aquisitivo e pelo perfil de consumo da população. Deve-se levar em conta também que quanto mais produtos industrializados existirem, mais lixo é produzido.

Em torno de 88% do lixo doméstico brasileiro vai para o aterro sanitário. A fermentação gera dois produtos: o chorume e o gás metano. Apenas 2% do lixo de todo o Brasil é reciclado e isso acontece porque reciclar é 15 vezes mais caro do que simplesmente jogar o lixo em aterros.

A reciclagem de materiais tem se tornado cada vez mais importante, tanto para diminuir o acúmulo de dejetos, quanto para poupar a natureza da extração de recursos e conservar o meio ambiente para futuras gerações.

Para tanto, é necessário incentivar cada vez mais empresas a utilizar materiais reciclados como matéria-prima na confecção de seus produtos, evitando assim que sejam estes materiais descartados em aterros sanitários ou na natureza e consideramos papel das administrações públicas conceder esses incentivos na forma de redução de impostos.

Assim sendo, pedimos o apoio dos nobres deputados desta Casa à nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 030/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Aeroclube de Londrina, com sede em Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

No ano em que completa o 63º aniversário de fundação, o Aeroclube de Londrina oferece cursos de piloto privado, piloto comercial/ifr. piloto agrícola, comissário de voo, com profissionais já formados atuando em várias companhias aéreas do Brasil e exterior, em rota domésticas e comerciais.

Através do projeto Jovens Águias, oferece gratuitamente aulas de iniciação à aviação civil aos alunos matriculados na rede de ensino de Londrina, que estejam cursando a 8ª série do ensino fundamental.

Além disso, o Aeroclube faz parte do Grupo de Voluntário da Comissão Municipal de Defesa Civil da Prefeitura de Londrina, realizando serviços gratuitos nas áreas social, econômica e ambiental.

PROJETO DE LEI Nº 031/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Água Viva, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural e Beneficente Água Viva, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Maringá, registrada como entidade filantrópica sem fins lucrativos perante a Secretaria da Receita Federal. Iniciou suas atividades em 18 de junho de 1992.

A referida instituição tem o propósito de promover eventos culturais relacionados ao ser humano visando a sua integração com a sociedade; organizar, manter e divulgar livros promocionais do ser humano, bem como filmes e congêneres, para o uso de seus associados e coletividade em geral; divulgar e promover programas, jornais e outros, através dos meios de comunicação; manter intercâmbio com outras entidades, visando o aprimoramento e colaboração necessária à defesa dos interesses de seus associados, atingido, assim, com sucesso, seus objetivos.

PROJETO DE LEI Nº 032/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo do Estado do Paraná promoverá, nos termos desta lei, a informação de todos os índices de violência e criminalidades organizados em bloco de dados destinado a instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado.

Art. 2º - O Poder Executivo proporcionará a ampla divulgação, inclusive no Diário Oficial do Poder Executivo, por via digital, internet e em órgãos de imprensa, mensalmente, da devolução dos dados referentes à atividade policial e de todos os índices de violência e criminalidade.

§ 1º - Para efeitos do cumprimento da presente lei e para o acompanhamento da evolução destes índices e do comportamento destes indicadores em séries históricas, qualquer modificação na tipificação dos eventos, desmembramento de índices ou qualquer outra modificação na metodologia e nomenclatura das infrações penais, devem ser explicitadas e justificadas.

§ 2º - A análise da evolução destes índices, em casos de desmembramento, será feita com a agregação dos indicadores desmembrados, para fins de comparação.

Art. 3º - O Poder Executivo disponibilizará mensalmente para consulta na página eletrônica da Secretaria pertinente, os seguintes dados referentes à atividade policial, organizado por região geográfica: capital, região metropolitana e interior.

I - número de ocorrências e de vítimas registradas pela Polícia Civil, por tipo de ocorrência;

II - número de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil, por tipo de delito;

III - número de inquéritos policiais militares pela Polícia Militar, por tipo de delito;

IV - número de civis, mortos em confronto com policiais civis e policiais militares, discriminadamente, especificando os casos acontecidos em serviço ou em folga;

V - número de civis, feridos em confronto com policiais civis e policiais militares, discriminadamente, especificando os casos acontecidos em serviço ou em folga;

VI - número de policiais civis e policiais militares e agentes penitenciários mortos discriminadamente, especificando os casos acontecidos em serviço ou em folga;

VII - número de policiais civis e policiais militares e agentes penitenciários feridos discriminadamente, especificando os casos acontecidos em serviço ou em folga;

VIII - número de pessoas presas pela Polícia Civil e pela Polícia Militar, especificando os casos decorrentes de flagrantes e os casos decorrentes de mandado de prisão;

IX - número de armas de fogo apreendidas pelas Polícias Civil e Militar, discriminadamente, especificando o tipo de arma;

X - Quantidade de drogas apreendidas, especificando o tipo de droga;

XI - Número de carros roubados e furtados recuperados.

Art. 4º - Os dados referentes ao mês encerrado devem ser publicados na Página Eletrônica da Secretaria de Estado pertinente, no máximo 15 (quinze) dias após seu término, devendo permanecer disponíveis durante um período mínimo de três anos.

Art. 5º - O Poder Executivo disponibilizará mensalmente para consulta no Diário Oficial do Poder Executivo, por via digital, internet e em órgãos de imprensa, mensalmente, as informações referentes aos procedimentos instaurados com a finalidade de apurar os crimes de Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Extorsão com Momentânea Privação da Liberdade da Vítima, Roubo com Condução da Vítima para Saques em Instituição Financeira e Tortura, originados a partir de denúncias na

Ouvidoria da Polícia, Corregedorias Internas da Polícia Militar e Civil e Corregedoria Geral Unificada.

Parágrafo Único - Também devem ser divulgados os resultados destes procedimentos instaurados, demonstrando claramente as sanções aplicadas.

Art. 6º - Os delitos referentes à Extorção, Extorsão Mediante Sequestro, Extorsão com Momentânea Privação da Liberdade da Vítima, Roubo com Condução da Vítima para Saques em Instituição Financeira deverão ser publicados agrupados, dada à semelhança natural entre os mesmos delitos.

Art. 7º - A não observância dos preceitos da presente lei pelos administradores públicos acarretará a responsabilização dos mesmos de acordo com a legislação penal e administrativa vigente.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa regulamentar a gestão da informação na esfera da Segurança Pública em nosso Estado, garantindo a transparência dos índices de violência e possibilitar o estudo e a adoção de mecanismos eficazes de prevenção e combate ao crime.

PROJETO DE LEI Nº 033/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Número Fechado de presos nas unidades prisionais do Estado subordinadas à Secretaria de Estado da Justiça ou à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§ 1º - O Sistema de Número Fechado destina-se a aferir a real capacidade de ocupação em cada estabelecimento prisional.

§ 2º - A capacidade real de cada estabelecimento será definida por decreto do Poder Executivo nos meses de janeiro a julho de cada ano.

Art. 2º - Pelo Sistema de Número Fechado, para receber novo preso, a unidade prisional do Estado deverá transferir outro preso para outra unidade, de forma a não ultrapassar a capacidade definida na forma do parágrafo 2º do artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único - Ultrapassada a capacidade real de todos os estabelecimentos prisionais, fica o Poder Executivo obrigado a transferir ou adaptar o imóvel no

prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para receber os presos excedentes.

Art. 3º - Em nenhuma hipótese será permitido o internamento, na mesma cela, do setenciado e presos que estejam aguardando julgamento.

Art. 4º - Todos os presos condenados que cumprem pena sob a guarda da Polícia Civil, em cadeias públicas, delegacias de polícia e distritos policiais, serão transferidos para estabelecimentos penais adequados, conforme o regime inicial de cumprimento da pena ou determinado pelo juiz de execuções criminais.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Justiça, assumirá progressivamente, a organização, a administração, a coordenação, a inspeção e a fiscalização das cadeias públicas de acordo com o cronograma a ser estabelecido com a Secretaria da Segurança Pública, no prazo de 02 (dois) anos a contar da vigência desta lei.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Segundo matéria publicada no dia 13 de fevereiro deste ano, pelo jornal Gazeta do Povo, o juiz da Vara de Execuções Penais de Cascavel, Dr. Paulo Damas, decretou a interdição do minipresídio da 15ª Subdivisão Policial da Cidade em decorrência da superlotação, proibindo o ingresso de qualquer preso na unidade. Conforme, consta da matéria, a lotação do minipresídio, com capacidade para abrigar 140 pessoas, atingiu o número de 440 presos.

A grave superlotação é talvez o mais básico e crônico problema afligindo o sistema penal brasileiro. Há mais de uma década, autoridades prisionais do Brasil estimaram que o país necessitava de 50.934 novas vagas para acomodar a população carcerária existente. Desde então, embora alguns esforços tenham sido feitos para resolver o problema, a disparidade entre a capacidade instalada e o número atual de presos tem apenas piorado. Até o ano de 1997, com o crescimento do número de presos, o déficit na capacidade instalada dos presídios era oficialmente estimada em 96.010. Em outras palavras, para cada vaga nos presídios havia 2,3 presos.

A capacidade real de uma prisão é difícil de ser objetivamente estimada e como resultado disso, é fácil de ser manipulada. Mas não resta dúvida que quase todos os estabelecimentos prisionais brasileiros estão superlotados. Como todos os administradores prisionais sabem, prisões superlotadas são extremamente perigosas:

aumentam as tensões elevando a violência entre os presos, tentativas de fuga e ataques aos guardas. Não é surpresa que uma parcela significativa dos incidentes de rebeliões, greves de fome e outras formas de protestos nos estabelecimentos prisionais do país sejam diretamente atribuídos à superlotação. Em muitos casos, os presos amotinados simplesmente demandaram que fossem transferidos para estabelecimentos menos lotados, querendo deixar um distrito policial apertado para uma penitenciária mais espaçosa.

Um fator importante que contribui para a superlotação dos presídios brasileiros é o confinamento de presos não condenados, cerca de um terço da população carcerária. Como essas pessoas não foram condenadas por crime algum são presumidos inocentes pela lei e uma porção dela será de fato absolvida pelos crimes dos quais é acusada sem levar em consideração o tempo que passaram em confinamento.

A superlotação é um dos problemas mais preocupantes entre os que afligem o sistema prisional em nosso Estado, entendido este, como o conjunto de estabelecimentos que alojam presos: penitenciárias, presídios, casa de detenção, cadeias públicas, delegacias de polícia e distritos policiais. Dentro desse quadro, as péssimas condições de cumprimento da pena acabam por fazer com que, ilegalmente, se aplique ao condenado uma nova punição. Sem justificativa plausível, tira-se a eficácia do sistema presidiário. Exemplo disso são as constantes rebeliões e tentativas de fuga em massa.

O projeto, embora trate a matéria de forma drástica, parece-nos um meio eficaz de impedir a perpetuação da prática de se amontoarem presos, como se objeto fossem, transformando as prisões em depósitos frágeis e inseguros.

Pela relevância do tema, é que contamos com a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 034/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a adquirir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel ou subsidiária integral desta, o controle da Elejor-Centrais Elétricas do Rio Jordão.

§ 1º - O objetivo social da Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão ficará restrito ao propósito específico de implantar, operar comercialmente e explorar o negócio de energia elétrica consistente na concessão para exploração dos potenciais de energia hidráulica do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, localizados no Rio Jordão, a Usina Hidrelétrica Fundão nos municípios de Foz do Jordão e Pinhão, às coordenadas 25°42'31" de latitude Sul e 51°59'53" de longitude Oeste e a Usina Hidrelétrica Santa Clara nos municípios de Candói e Pin-

hão, às coordenadas 25°38'52" de latitude Sul e 51°57'59" de longitude Oeste, bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme contrato de concessão nº 125/2001, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

§ 2º - Com a aquisição do controle autorizada pelo *caput* deste artigo, a Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão convolar-se-á em sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, respeitados os direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos.

§ 3º - A Companhia Paranaense de Energia - Copel ou subsidiária integral desta, participará com o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante.

§ 4º - Observado o disposto no parágrafo 3º, anterior, poderão participar do capital social da Elejor - Centrais Elétrica do Rio Jordão, pessoas físicas ou jurídicas, ficando autorizada a celebração de acordo de acionistas para os fins do artigo 118, da Lei das Sociedades Anônimas.

§ 5º - No exercício do controle da Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão, a Copel - Companhia Paranaense de Energia observará e fará cumprir o contrato de concessão nº 125/2001, por aquela celebrado com a União.

Art. 2º - A Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão será administrada na forma de seu Estatuto Social, que dispõe sobre a composição, organização, atribuições, competência e funcionamento dos órgãos de sua administração executiva, bem como dos acordos de acionistas depositados em sua sede.

Art. 3º - Fica a Copel - Companhia Paranaense de Energia autorizada a alocar à Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão, na forma da lei, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social desta.

Art. 4º - Ficam declaradas de Utilidade Pública, para fins de desapropriação e aquisição por Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão, as áreas de terra e outros bens móveis ou imóveis necessários a permitir a implantação, exploração comercial e operação das Usinas Hidrelétricas Fundão e Santa Clara.

Parágrafo Único - A Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão, fica autorizada a promover as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para a efetivação das desapropriações de que trata o *caput* deste artigo, podendo invocar em juízo a urgência a que se refere o artigo 15, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Temos a elevada honra de propiciarmos a iniciativa legislativa de uma proposta de lei muito importante para o Paraná e os paranaenses. Objetivamos colher, após a devida deliberação dentre os representantes eleitos pelo povo, a autorização desta colenda Casa de Leis para que o Poder Executivo possa, por intermédio da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica ou por sua subsidiária integral, adquirir o controle da Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão.

O crescimento industrial, bem como o gradativo aumento de consumo de energia imposto pela política de desenvolvimento atual, obriga o Estado a proceder ações responsáveis, que possibilitem atender a demanda futura, com vistas a obter elevada margem de segurança, conforto e bem-estar para os paranaenses.

A aquisição do controle acionário da referida Central Elétrica (Elejor), dá ao Estado o Controle da operação comercial e exploração do potencial energético gerado, abrindo portas para o desenvolvimento não só da região geradora, ajudando em muito à consecução dos compromissos sociais do Governo do Estado.

Neste sentido, conclamamos os nobres pares a apoiarem o projeto de lei que ora apresentamos, por se tratar de matéria de relevante interesse público.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

(**Declina**)

Concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, senhores e senhores deputados.

“O pedágio baixa, ou acaba”! O que estamos vendo no Paraná é o pedágio subindo e continuando. Vejam o que é o discurso fácil, a campanha eleitoral para ganhar votos e vencer a eleição! Falar é fácil, fazer é difícil!

Senhor presidente, senhores deputados. O que me traz à tribuna, hoje, são duas questões. Uma delas, é a preocupação com o porto de Paranaguá, que, com toda a polêmica dos transgênicos que envolve o nosso Estado, com uma lei que criamos que a Justiça maior derrubou, está fazendo os produtores sofrerem. Quem está pagando a conta são os produtores agrícolas, é o produtor de milho, é o produtor de soja do nosso Estado do Paraná.

Com a polêmica do transgênico, o Porto de Paranaguá, por meio da sua direção e, com certeza, o Eduardo Requião, irmão do nosso governador do Estado, mudou a sistemática de embarque de produtos para serem exportados, produtos agrícolas, cereais. De que forma? A partir de hoje não é mais possível os caminhões que vão ao porto carregar os navios, ingressarem dentro do pátio do porto, utilizarem os armazéns estatais e também da iniciativa privada, para depositar os seus produtos para quando o navio atracar, carregar diretamente e rapidamente os produtos ali armazenados.

Hoje, temos no porto de Paranaguá mais de 40 navios em alto mar, esperando a famosa nomeação do navio para que ele possa sair do alto mar, vir até o cais do porto e na hora de atracar, serem chamados os caminhões carregados de produtos que estão no interior do Estado. Antigamente era possível armazenar esses produtos lá no porto e agora não pode mais e tudo isso está fazendo o preço da soja e do milho cair. Os produtores estão perdendo dinheiro, porque o governo do Estado do Paraná, por uma briga política com os transgênicos, está fazendo com que não tenhamos mais a mesma sistemática de embarque aqui no nosso Estado.

Para vocês terem uma idéia, lá no Rio Grande do Sul, o Estado em que os transgênicos são liberados, está se carregando soja com preços quatro, cinco reais a mais por saca de sessenta quilos do que no porto de Paranaguá. Lá no porto de Santos estão carregando milho e soja por um preço muito mais elevado do que o porto de Paranaguá. Sabe o que está acontecendo, senhor presidente?

Os importadores não querem mais carregar em Paranaguá, preferem carregar no Rio Grande e no porto de Santos, porque aqui os navios chegam e, dentro dessa sistemática burra que estão fazendo os nossos produtores do Estado passarem, estão demorando, fazendo com que os navios atracados paguem por dia dez mil dólares de multa por estarem parados, de custos existentes e o preço do nosso produto, deputado Dobrandino - garanto que os produtores da região de Foz do Iguaçu também estão pagando a conta - acaba ficando menor.

Esperamos que o governo acorde para essa situação, porque realmente é um problema seriíssimo. Aquele discurso de que os produtores iriam ganhar mais a partir do momento que Paranaguá só exportasse a soja convencional, é mentira! Da forma como estão fazendo, estão penalizando os produtores do nosso Estado!

E quero também, aproveitando toda essa discussão, deputado Elio, aproveitar para trazer à tona e pedir aos deputados da base aliada do Governo para que assinem a CPI, aquela CPI que começamos a coletar assinaturas lá no mês de agosto do ano passado e que só os deputados da Oposição assinaram. Aquela CPI para investigar as denúncias do dinheiro do bingo que foi utilizado na campanha eleitoral do governador Roberto Requião. O bingo no Brasil está em pauta, agora. A discussão de Waldomiro lá em Brasília, está sendo penal-

izado, as casas de bingo estão sendo fechadas para que nós pudéssemos ver um contra-ataque na onda de ações e de denúncias que acontecem de utilização do dinheiro dos bingos para campanhas de senadores, do Partido dos Trabalhadores, para campanhas eleitorais como um todo.

E aqui no Paraná, temos que investigar também, tem uma denúncia semelhante à do Waldomiro, aonde hoje secretários do governo Roberto Requião, na época estiveram numa casa de bingo, com filmes, foi filmado e que captaram recursos para campanha eleitoral do governador do Estado do Paraná.

Já temos sete assinaturas. Os deputados que querem a transparência, querem passar a limpo o nosso Estado do Paraná e a política paranaense que assinem conosco essa CPI, para que possamos investigar o problema dos bingos que é igual aquilo que está acontecendo com o famoso Waldomiro Diniz, o homem que fazia parte do Partido Ético!

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Quero dizer que também hoje, logo que saí de Londrina, dirigindo o meu carro particular, paguei esse pedágio que teve um aumento médio na ordem de 15,34%. Comungo aqui com as palavras do deputado Plauto Miró Guimarães.

Mas, o que me traz à tribuna, nesta tarde, é um levantamento feito pela imprensa de Londrina, mais especificamente o Jornal de Londrina, onde destaca como manchete principal, na sua página 3, no dia de ontem, em letras garrafais: "Londrina está entre as cidades mais violentas do Brasil".

Ao contrário do que muita gente possa pensar e até mesmo aqueles que queiram defender aqui o governo do Estado, nos deparamos com uma situação bastante preocupante. Londrina, senhoras e senhores deputados, só perde em violência, em relação ao índice de homicídios por grupo de cem mil habitantes, para cidades como: Cuiabá, Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro. Todas elas grandes capitais de centros populacionais importantes do nosso país, e Londrina ocupa aqui a quinta colocação com 192 pessoas que foram assassinadas no ano passado, totalizando aqui um índice de 41,1 pessoas que são assassinadas num grupo de 100 mil habitantes!

Por isso, gostaríamos de chamar a atenção da base governista, do Sr. governador Roberto Requião, para esse clamor que a comunidade da região de Londrina está fazendo, através deste deputado, na tarde de hoje.

Nós já havíamos subido a esta tribuna para denunciar este mesmo fato, mas na época haviam aqueles que, ao defender o governo, entendiam que poderia ser mais

um exagero deste deputado, que estaríamos “carregando nas tintas”. Mas, contra fatos não há argumentos! E até o governo se desculpava na época, porque o próprio governador era o secretário da Segurança, mas hoje isso é diferente. Estamos relatando aqui, já que estamos com mais de um ano e três meses de governo, que a situação não diminui; neste ano trinta e uma pessoas já foram assassinadas na cidade de Londrina e, se continuar nesse ritmo, vamos quebrar este triste recorde, que coloca a primeira cidade do interior do Paraná como uma das mais violentas do Brasil! Não sou eu quem digo; são dados que, segundo o próprio delegado da Delegacia da Polícia Federal, Sandro Roberto Vieira dos Santos, são alarmantes, e a nossa preocupação é muito grande.

Por isso, gostaríamos de até mesmo fazer uma comparação com a cidade vizinha de Londrina, que é Maringá, que tem uma população não muito superior à nossa, mas onde o índice de criminalidade é muito baixo e o número de pessoas assassinadas não chegou na ordem da casa de - em um grupo de cem mil habitantes - de 7,9 homicídios; isso contra 41, ou seja, cinco vezes mais este número quando se trata da cidade de Londrina.

Por isso, senhor governador do Estado, senhores deputados e deputadas da Base Aliada do Governo do Estado, não há mais desculpas! Estamos entrando neste ano, o Carnaval já passou, o governador cansou de brincar, de ser xerife. Temos hoje um secretário da Segurança Pública e está na hora de Londrina receber o tratamento que merece, como capital do interior do Paraná e que precisa não apenas de policiamento! Que Londrina receba um tratamento como realmente merece! O governador tirou os chamados “delegados calças curtas” ou sub-delegados, disse que iria colocar os sargentos e isso não aconteceu, principalmente nos distritos, na zona rural, em várias áreas há o clamor por falta de policiamento, de viaturas, de armamentos e, principalmente, de combustível nas viaturas. Não fosse o projeto do deputado Ratinho Júnior criando o desarmamento, que agora está em vigor, estaríamos em uma situação muito pior do que esta que venho à tribuna para relatar, na tarde de hoje.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE

Senhor presidente; senhores e senhoras deputadas; imprensa e público presente.

A educação superior do nosso Brasil passa por uma dura realidade! Segundo as estatísticas, somente 11% do povo brasileiro consegue passar no vestibular, chegar à situação de acadêmicos. Enquanto isso, no Canadá são 62%, na Coreia do Sul são 58%, nos Estados Unidos são 56% e na França são 54%. Isso prova que a educação é fundamental para o desenvolvimento de um país.

Apenas 5% do povo brasileiro consegue concluir o ensino superior! Quer dizer, 95% do povo brasileiro estão excluídos do ensino superior, estão impedidos de conseguir e obter a sua formação superior. Os problemas são os mais diversos possíveis. Mas o principal é a falta de mais cursos superiores, de mais faculdades, de mais universidades, por parte dos governantes.

Não quero aqui criticar ou culpar os atuais governantes. O presidente Lula até tem demonstrado boa-vontade neste sentido. Nem tampouco quero aqui culpar o atual governo do Estado. Quero, sim, torcer bastante pelos atuais governantes e que eles dêem a sua contribuição rumo ao fortalecimento do ensino superior, mas confesso que acho que devo fazer um alerta ao governo do Estado do Paraná, ao governo Roberto Requião, porque penso que a atual política do ensino superior, desenvolvida pelo atual secretário de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, passa por dificuldade e, no mínimo, devo expressar aqui essa nossa preocupação, porque não se vê um plano de desenvolvimento, de crescimento e de expansão; pelo contrário, se vê às vezes medidas para o encolhimento do ensino superior em nosso Estado. Não quero entrar, agora, entrar nesses detalhes, mas confesso que as ações do governo me preocupam, inclusive no que diz respeito à manutenção do atual sistema de ensino superior do nosso Estado.

A nossa Unioeste, que segundo o MEC é a melhor Universidade do Estado do Paraná está passando por grave problema que é a falta de professores. Segundo o diretor do Campus da Unioeste Foz do Iguaçu, faltam aproximadamente 200 professores, que são condição essencial e necessária para o início das aulas que estão previstas para ocorrer no próximo dia 22.

Tenho acompanhado a luta da reitoria, dos diretores, dos professores, dos acadêmicos há mais de três meses junto ao governo do Estado, à Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e, infelizmente, ainda não foi resolvido esse problema. Infelizmente, o que recebemos pela mídia é esta manchete de jornal que diz: “Governo proíbe contratação em faculdades estaduais”.

Portanto, senhores deputados, eu e o deputado Reni Pereira, que participamos de uma reunião da Unioeste, campus de Foz, estamos dando entrada de um requerimento visando a formação de uma comissão especial de deputados, para somarmos forças e esforços e gostaríamos junto ao governo do Estado, no sentido de que essa situação seja resolvida o quanto antes possível, sob pena de vermos, deputado Reni Pereira, o adiamento do começo das aulas e certamente prejuízo, para os acadêmicos e para toda a sociedade.

Portanto, peço aos senhores deputados a solidariedade e apoio da Mesa, da Situação e da Oposição e dos deputados independentes, para que aprovemos esse projeto, para que possamos ter condições de resolver esse problema o quanto antes possível.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Quero cumprimentar os senhores deputados, deputadas, cumprimentar aos professores que estão aqui ansiosos para ver o seu plano de carreira ser aprovado e esta ansiedade faz jus porque são nove anos de espera, e quero dizer aos professores que o meu voto será sempre de acordo com os interesses da APP Sindicato.

Mas quero ocupar este espaço hoje para relatar o episódio que ocorreu em União da Vitória na última quinta-feira aonde ocorreu uma chuva de granizo jamais vista em nossa região como um todo. Foi na quinta-feira por volta das duas horas, que caíram pedras do porte de uma maça. Chegaram a encontrar pedras de setecentas gramas! Quase que destruiu no geral o telhados de todas as casas de União da Vitória e Porto União. E a gente viu com muita dor o sofrimento das pessoas, não só pelo estrago das telhas. mas que a chuva ocorreu logo em seguida fez com que as pessoas perdessem eletrodomésticos, computadores, molhasse o carpete, o colchão, enfim, foram alguns dias e ainda hoje as pessoas secando seus objetos pelo lado de fora. No dia de ontem andando pela cidade, vi em cada frente de casa quase meio caminho de telhas. Para se ter uma idéia do estrago que se fez, telhas de 10 milímetros de amianto chegaram a ser furadas como se fossem peneira, telhas de barro, inclusive, e nem se fala então a população mais carente, que tinha seu telhado de Eternit 4 milímetros.

E aí a gente quer registrar, então, o envolvimento do governo do Estado do Paraná, e de Santa Catarina. Esteve lá presente o governador Luiz Henrique, de Santa Catarina, esteve presente logo em seguida o governador Orlando Pessuti, que sobrevoou a área, junto com o deputado Anibelli que esteve lá também, eu também estive lá acompanhado todo o tempo, e o governador do Estado determinou que se liberasse em torno de 30 mil chapas de Eternit para atender a população como um todo. E a defesa civil de União da Vitória, que tem trabalhado bastante, dia e noite, está conseguindo distribuir esse material e atender à população mais carente, porque não tem como atender a todos.

Quero também agradecer o empenho dessas pessoas que mencionei, principalmente do governo do Estado que está presente, de ter ido até lá na pessoa do vice-governador Orlando Pessuti e também quero agradecer o apoio externo que tivemos. Fizemos contato com Itaipu, com Jorge Samek, que de pronto também fez doações de chapas de Eternit. Fiz contato também com o deputado Stica, o qual quero agradecer, que se mobilizou e junto a Petrobras de São Mateus do Sul fez doações de chapas de Eternit, e também quero agradecer ao Nilton Mendes, presidente da Eletrosul, que de pronto também atendeu e enviou 3 mil e quinhentas chapas de Eternit para Porto União e União da Vitória.

Então, quero registrar este fato e agradecer a todos que se envolveram e que se empenharam e que queiram ainda se empenhar porque a cidade ainda precisa de muitas coisas. É preciso envolvimento da esfera federal para que a gente possa também viabilizar a liberação do FGTS para que as pessoas pudessem recompor aquilo que perderam, porque foi uma tragédia grande, jamais vista na nossa cidade.

Seria isto, senhor presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados, foi com alegria que vi e que li um artigo assinado pelo nosso Arcebispo, Dom Pedro Fedalto, no jornal Gazeta do Povo, aonde fala de que a CNBB e a Igreja resolvem encampar uma campanha para conscientização da população, no que diz respeito à importância dos nossos recursos naturais, as nossas matas, das nossas florestas, dos nossos mananciais e de como a Igreja vê essa responsabilidade que essa geração do presente tem para com a geração do futuro.

Senhores deputados, há 12 anos atrás apresentei uma lei aqui. Foi aprovada e está em vigor desde 1º de janeiro de 1992. É chamada a Lei do ICMS ecológico, repassa mensalmente em torno de 8 a 10 milhões de reais aos municípios que têm áreas de preservação ambiental como uma compensação ao município que tem esta área criada por lei federal, estadual ou municipal.

Esta lei conseguiu compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Vejam os benefícios da lei. Quando ela começou a funcionar, em 92, nós tínhamos 52 municípios que podiam se credenciar a receber os recursos do ICMS ecológico, e hoje, passados doze anos, temos aí 221 municípios credenciados! Então, o Paraná ganhou mais de quinhentas áreas verdes na busca desses recursos disponibilizados pela Lei do ICMS ecológico, ganhou a natureza, ganhou o meio ambiente.

Os municípios em torno de Curitiba, basicamente todos, passaram a receber um recurso expressivo. Vejam que Piraquara, por exemplo, que tem a responsabilidade de abastecer de água Curitiba e a Região Metropolitana com mais ou menos 60% da quantidade necessária, recebe em torno de 200 mil reais, por mês, como compensação da Lei do ICMS ecológico. O recém-criado município de Campo Magro já recebeu mais de 15 milhões de reais; São José dos Pinhais já recebeu mais de 20 milhões de reais; Pinhais já recebeu mais de 20 milhões de reais; Quatro Barras já recebeu mais de 10 milhões de reais; Campina Grande aproximadamente 10 milhões de reais, sem contar Curitiba, Campo Largo, também Almirante Tamandaré e outros municípios!

Então, nós precisamos, sim, que a comunidade passe a divulgar os recursos que as Prefeituras recebem para preservar o nosso meio ambiente e o que há de prático é o seguinte: - os prefeitos, não digo todos mas a grande maioria, passam longe de onde passa o deputado Beraldin porque ele vai falar que nosso município está recebendo X de recursos por semana, por mês por conta da Lei do ICMS ecológico e isso passa a ser um palavrão porque o município acaba sabendo e querendo saber onde está sendo aplicado o dinheiro que vem da Lei do ICMS ecológico. É bem verdade que a lei é compensatória mas é bem verdade que, enquanto o meio ambiente não for uma preocupação coletiva, a luta há de continuar. E nós esperamos então, com essa iniciativa da CNBB e da Igreja Católica que outras Igrejas possam ingressar nessa campanha que é fundamental para a vida, na luta, na divulgação, no despertar do interesse da comunidade na defesa dos nossos mananciais, do nosso meio ambiente.

Então, senhores deputados, se respiramos o ar puro hoje, deveremos mantê-lo para nossas futuras gerações. Se temos uma desigualdade de receita nos municípios, é porque o município que tem uma área de preservação ambiental, recebe uma proibição de instalar uma indústria naquela área. Então ele deve ser compensado, e no caso a Lei do ICMS Ecológico é uma lei pioneira no Brasil e evidentemente vem dando resultado altamente positivo.

Ainda não saberia neste momento dizer os valores, mas o litoral do Paraná mudou a sua arrecadação extraordinariamente. Guaraqueçaba, que tem 93% da sua área territorial, área de preservação ambiental, recebia antes da Lei do ICMS Ecológico em torno de 15 mil reais por mês da parte que cabia ao município, e hoje, recebe mais de 150 mil reais por mês. Com isso o município mudou a sua realidade econômica, pôde comprar barco para atender as ilhas, pôde construir um hospital no município, pôde comprar ônibus para fazer o transporte dos alunos, deslocar os alunos para a escola, enfim, mudou muito a realidade do município de Guaraqueçaba, de Antonina, de Guaratuba, de uma forma muito expressiva. Foz do Iguaçu, o Parque Nacional do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Flor da Serra do Iguaçu, são municípios que recebem um estímulo econômico muito grande, através da Lei de ICMS Ecológico.

O que precisa é que o padre lá, talvez na sua liderança, o bispo ou o pastor, possam difundir isso perante a opinião pública, porque o povo precisa saber como é que as prefeituras estão aplicando esse dinheiro. O povo precisa saber se a prefeitura está aplicando em qualidade de vida dos seus munícipes, se está aplicando em saneamento básico. O povo precisa saber se estão proibindo as invasões dos mananciais. Agora também a lei dá o remédio que é muito importante. Ela determina que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado fiscalize todos os anos a aplicação na área ambiental. Vamos dizer, o município que tenha a responsabilidade de cuidar dos mananciais de interesse público. A Secretaria do Meio Ambiente vai até

lá constatar se houve um comprometimento daquele manancial ou se a prefeitura investiu positivamente naquele manancial. Aí a Secretaria de Estado do Meio Ambiente tem o poder para aumentar a arrecadação do município para o ano seguinte ou diminuir.

Quer dizer, o mecanismo existe, mas a tendência é diminuir. A variável é muito pequena. O que mais importa mesmo, é a consciência popular.

Por isso, para encerrar, devo dizer que enquanto o meio ambiente não for uma preocupação coletiva, a luta há de continuar. E nós curitibanos, enquanto não recuperarmos os nossos rios, enquanto não cuidarmos do Rio Belém, dos rios que cortam a nossa Curitiba, dentro daquilo que está na sua história maior, na sua forma maior que é a ecologia, não estaremos enquadrados dentro de um critério de respeito do meio ambiente. E se Deus quiser, essa história vai mudar já a partir do ano que vem!

Muito obrigado.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (**Pela Ordem**)

Quero apenas registrar aqui a presença do nosso companheiro Laércio Francisco, secretário da Agricultura do Alto Piquiri, e também o nosso abraço ao prefeito de Alto Piquiri.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradecemos a visita e aproveitamos para registrar a presença do deputado federal Ricardo Barros, que se encontra aqui na nossa Sessão de hoje.

Ainda no Pequeno Expediente, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na verdade, o que iríamos discorrer nesta tribuna nesta Sessão de hoje, o eminente Plauto Miró Guimarães já fez referência, que é a questão do porto de Paranaguá, que é a questão dos transgênicos.

Eu só queria apresentar uma coisa em relação ao pronunciamento do deputado Plauto.

Quando ele usava a tribuna, dizia dos empresários e dos exportadores do Brasil, da nossa produção para os outros países. Estão fugindo e procurando outros portos para exportar a sua produção ou mesmo o seu produto.

Muitos de nós, deputados, com toda a certeza, fomos para Santa Catarina, nesse recesso parlamentar e mesmo no Carnaval. Pessoalmente tive a oportunidade de passar pela BR-101 e na cidade de Itajaí, onde existe um porto de importação e exportação, como também existe o porto de Santa Catarina, em São Francisco.

Em São Francisco eu não fui, deputado Anibelli e também não fui ao porto de Itajaí, mas ao longo da rodovia BR-101, deputado Luciano Ducci, encontramos milhares, não é dezenas, nem centenas, mas milhares de contêineres que estão em dois pátios esperando ordem de embarque ou mesmo de desembarque.

Liguei, deputado Augustinho Zucchi, no mês de fevereiro, no início do ano, para a presidente da Câmara Municipal daquele município e perguntei a que se devia, então naquela época já, os contêineres? Ela me disse o seguinte: o porto de Itajaí nunca teve tanto movimento, como ele está tendo agora.

Se não bastasse, o presidente da República Luís Inácio Lula da Silva anunciou o investimento de 200 milhões de reais para os portos de Itajaí, São Francisco e Rio Grande. Para quê? Porque esses portos não têm a infraestrutura necessária para exportar os produtos do Brasil para os outros países.

O que está acontecendo com Paranaguá? E o nosso porto que o ex-governo investiu 480 milhões de reais? O porto de Antonina, que estava fechado, o investimento de 180 milhões de reais, fazendo com que os nossos portos do Paraná pudessem estar preparados para a exportação e para a importação?

O deputado Plauto disse um outro número que me chamou a atenção: que o custo da saca de soja, no porto de Paranaguá, para o embarque, em relação aos outros portos, têm um diferencial de 3 reais.

Vamos pegar os números: não sou caminhoneiro, não sou exportador, mas me parece que uma carreta que transporta soja, carrega 500 sacas de soja. Olha, 500 sacas de soja a 3 reais, dá 1500 reais por carga, que nós perdemos em relação ao preço, porque no porto de Paranaguá os navios têm que esperar muito, por descuido e falta de administração. Daí, falamos do pedágio do Paraná, que o agricultor e o comerciante não conseguem escoar a sua produção porque perdem dinheiro.

Agora, quanto custa o pedágio, deputado Plauto Miró, de Ponta Grossa a Paranaguá? Uma carreta com toda a certeza não chega a 100 reais, o que passa de 100 reais para 1500 reais, que nós perdemos em cada carga da soja, existe um diferencial muito grande.

Isso tem que ser dito para a sociedade do Paraná, que esses números são verdadeiros, deputado Zucchi, V. Exa. que é da agricultura, que conhece melhor do que ninguém, aqui na Assembléia Legislativa a questão dos transgênicos.

A V. Exa. que apresentou o substitutivo, que infelizmente foi rejeitado e, que nós dizíamos naquela oportunidade que nós iríamos aprovar uma lei inócua, e que ela cairia porque era inconstitucional, coube sim, ao PFL, lá em Brasília, entrar com uma ADI e derrubamos a lei, porque a lei não existe.

Agora, vem o ministro da Agricultura - que cá para nós, do PT - um cara respeitado, preparado como ex-ministro da Agricultura, também foi, disse que não teria como declarar o Paraná área livre, porque mais de 600 agricultores assinaram a adesão, e vem o governador do Paraná dizendo que o Paraná é área livre!

Ora, nós vivemos numa Federação, ou não? Ou a lei no Brasil, lá em São Paulo é uma e no Paraná é outra?

Ou a lei no Mato Grosso é uma e no Rio Grande do Sul é outra?

Enquanto vivemos uma Federação num país, a lei só pode ser uma. Não tem lei estadual que possa contrariar uma lei federal!

Faço essas colocações para que os ilustres deputados e deputadas, os paranaenses que aqui estão na Sessão de hoje, levem consigo exatamente esses números e essas contradições que existem. De um lado, temos o discurso político; de outro temos a realidade.

Disse muito bem o deputado Barbosa Neto, quando fez o seu discurso: contra atos e fatos não existem constatações.

Esses são os números que infelizmente se apresentam hoje, no Paraná, que dificilmente alguém consegue provar o contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, deputado Jocelito Canto, por trinta minutos.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente e senhores deputados.

Vou aproveitar o Grande Expediente desta tarde para tratar de alguns assuntos que são do interesse do Estado do Paraná.

Primeiramente gostaria de cumprimentar o deputado Bradock, que está instalando, a partir de hoje, coletando assinaturas - nós assinamos agora há pouco - a CPI da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se levantaram várias irregularidades. Queremos também, atendendo até a um pedido do deputado Bradock, participar dessa CPI, para investigarmos o que está acontecendo lá. Afinal, representamos também aquela cidade e os Campos Gerais. Estaremos à disposição para fazer parte da Mesa em defesa principalmente do direito de todos, de quem frequenta, de quem trabalha na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Gostaria de cumprimentar o nosso 1º secretário, deputado Nereu Moura, que mesmo estando afastado devido a problemas de saúde, está nesta Casa e vem mostrando, acima de tudo, o seu respeito e a sua vontade pelo trabalho parlamentar. Mesmo podendo estar em casa descansando, veio até esta Casa hoje, mais uma vez demonstrando que tem um grande respeito por este Parlamento, principalmente pelo seu trabalho.

Gostaríamos de falar hoje, sobre um assunto chato e triste: o Instituto Médico Legal do Paraná. Não só em Curitiba, em Ponta Grossa, mas em todas as regionais do IML do Estado do Paraná.

Recentemente, nesta Casa, aprovamos mais de cem cargos para o Teatro Guaíra, para a questão da cultura. Aprovamos cargos para maestros, para bailarinos, para bailarinas e para o corpo inteiro do Teatro Guaíra. Num pedido emergencial aprovamos cargos de comissões para beneficiar a cultura deste Estado. Nós, que não

somos contra a cultura, apoiamos e votamos a favor, e a grande maioria dos deputados aqui votou a favor.

Gostaria, senhor presidente, senhores deputados, de fazer um pedido especial para que o mesmo acontecesse para os Institutos Médicos Legais do Estado do Paraná.

O nosso governador tem dito que ele governa preferencialmente pelos pobres, que ele governa baseado na Carta de Puebla. Essa Carta de Puebla feita pelos bispos diz; “preferência aos mais humildes e aos mais pobres”. Para quem nunca esteve dentro do Instituto Médico Legal, que Deus queira nunca necessite estar lá liberando o corpo de um ente querido, de estar lá reconhecendo o corpo de alguém que morreu tragicamente, pois lá é um dos piores estados que se tem para uma família, principalmente, para aquela mãe que recebe um telefonema ou liga o rádio e descobre que um filho, que o pai ou um irmão morreu assassinado ou acidentado numa das rodovias deste Estado. É neste momento que começa o drama da família ficar mais de cinco, seis horas esperando para liberar o corpo, esperando a boa vontade do médico, esperando a boa vontade dos funcionários que muito são abnegados e estão trabalhando vinte e quatro horas por dia, porque tem poucos funcionários ou muitas vezes se obrigam a pedir ajuda às funerárias mais próximas para buscar um corpo porque o carro do IML está quebrado ou está fazendo uma ocorrência e não tem dois veículos para atender a outra pessoa que faleceu.

Por isso, senhores deputados, baseado nessa Carta de Puebla, que é preferencialmente pelo pobres, a grande maioria dos pobres são os que mais sofrem nos Institutos Médicos Legais do Paraná. Quando é um figurão, rapidamente se libera o corpo, vai o prefeito, vai o deputado, vai o secretário, vai alguém influente, liga para o chefe do IML e aquele corpo é liberado; quando morre alguém simples, é colocado para o dia seguinte fazer a necropsia, pois o médico está atendendo particular e só vem quatro, cinco horas depois. Então, essas pessoas mais humildes são as que mais estão sofrendo dentro dos Institutos Médicos Legais aqui do Paraná.

Vou citar um exemplo aqui. Recentemente, senhores deputados, numa infeliz ação da Polícia Rodoviária Estadual do Paraná, um jovem lá do Rio Grande do Sul, um menino de 26 anos, último ano de Medicina, vindo do Rio Grande do Sul, saiu daqui, ia para Toledo participar de um casamento e aqui, na saída do contorno, por ser um jovem que não conhecia direito a Capital, acabou se atrapalhando e entrou numa rua secundária ali no trevo do contorno e errou o trevo. Casualmente, a polícia estava atrás de um elemento que tinha um carro com as mesmas características e fez uma abordagem infeliz, errada, e acabou matando aquele estudante com um tiro na cabeça e colocando em pânico a família que também estava no carro.

Vejam a sina dessa família! O jovem ainda chegou com vida, foi levado com morte clínica para o hospital e ali chegando, a mãe que estava junto na hora do tiroteio

com a polícia, viu o filho morrendo nos braços. Aquela mãe teve coragem de doar todos os órgãos do seu filho para salvar outras vidas. Aí o corpo vai para o Instituto Médico Legal aqui de Curitiba, que deveria ser exemplo, chega às 15h30 e é liberado às 20h30 o corpo daquele menino, para seguir para o Rio Grande do Sul.

Senhor presidente, senhores deputados, isso que nós chegamos a ligar para o diretor aqui do IML e pedir-lhe uma atenção, dizendo que se tratava de um momento difícil porque aquela família havia perdido um filho e que foi um membro da polícia do Paraná que acabou dando um tiro nele. E para surpresa nossa, o chefe do IML não manda absolutamente nada, porque o corpo só foi liberado às 20h30, porque era um pobre coitado que morava no interior do Rio Grande do Sul e que a família teve a decência, teve o carinho em doar todos os órgãos e teve que esperar, porque o chefe do IML do Paraná não manda em nada! Não deve mandar nem em casa, porque não liberou o corpo daquele menino quando mais precisava.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, está na hora de o nosso governador fazer o mesmo que fez no Teatro Guaíra; mandar a esta Casa um pedido para colocar funcionários no Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, de Curitiba, de Guarapuava, de Londrina, de Maringá, onde quer que tenha Instituto Médico Legal, porque não é justo. Agora recentemente, quando morreram aquelas 10 vítimas do acidente da Vivo, no trevo de Ponta Grossa, eu fiz um atendimento a pedido da deputada Cida Borghetti, que me ligou. E, chegando no Instituto Médico Legal, descobrimos que não tinha como bater o laudo para liberar os corpos porque o convênio que existia com a prefeitura de Ponta Grossa foi suspensa e o Estado não colocou funcionários lá. Tinha mais de 1200 laudos parados, prontos, dependendo somente da digitação.

O que fizemos nós? Autorizamos a colocar os estagiários e hoje a nossa instituição “Garagem da Esperança” está pagando o estágio daqueles funcionários e os laudos estão em dia.

Mas, isso não é justo! Quando o governo do Estado libera aqui 100 cargos para cultura, 100 cargos para balé, 100 cargos para o maestro, 100 cargos não sei para quê, aí me lembro das palavras do nosso governador: preferencialmente pelos pobres.

Carta de Puebla.

Aqui disse o governador recentemente: “Este é o governo dos pobres”.

Governador, o Instituto Médico Legal é dos pobres! A grande maioria de lá é o pobre que é esfaqueado, atirado, assassinado, que se envolve em brigas por questões sociais. E ele fica lá cinco, seis, sete horas. Recentemente, o Paraná queria implantar um cargo em que pessoas que chegassem até meia-noite seriam necropsiados, senão só no outro dia, após as oito horas. Isso é uma vergonha para o Paraná!

Deputado Stica, V. Exa. que assume a liderança do governo, deputado Anibelli que é líder do PMDB, eu

gostaria que o nosso governador usasse a mesma rapidez, que fosse um serelepe como ele foi para o Teatro Guaíra, que ele fosse um serelepe para os mais humildes dos Institutos Médicos Legais do Paraná, que mandasse a esta Casa amanhã, depois de amanhã, cargos especiais, cargos em comissão como foi para o Teatro Guaíra, para acabar com o sofrimento das famílias do IML do Paraná.

E não é só de Ponta Grossa, é o IML de Curitiba, que tem mil problemas e que quem está no IML parece que não gosta de ser do IML e brinca com os sentimentos das pessoas que perdem um ente querido.

Mais uma vez peço que esse governo cumpra o que disse na campanha: “Carta de Puebla”, senhor governador; preferencialmente pelos humildes, preferencialmente pelo pobres! Vamos arrumar o IML ou vamos fechar, porque se for para deixar como está o IML do Paraná das grandes cidades, fecha-se o IML, rasga-se a “Carta de Puebla” e encerra-se o “preferencialmente pelo pobres”, porque o Instituto Médico Legal não pode continuar como está!

O Sr. Antonio Anibelli

Permite-me um aparte, deputado Jocelito Canto?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, V. Exa. tem razão em defender o IML e nós também somos favoráveis, mas o governador é fiel à “Carta de Puebla”, em que é preferencialmente pelos pobres, pelos desassistidos. Tanto é isso, que temos os programas de “Leite para as Crianças”, o programa da água, a “Luz Fraterna”, a isenção à microempresa. Quer dizer, o governador está dando preferência primeiro para os vivos e, claro que a par disso, aqueles que trabalharam, que fizeram tanto pela vida e que, às vezes, têm a infelicidade de ir para um IML, nós temos que dar uma atenção. Mas, a “Carta de Puebla”, o seu compromisso político ele vem seguindo e V. Exa. é testemunha, sendo que esteve em lançamentos de estradas e por ele e por nós lançadas e tem acompanhado, V. Exa. que é um radialista de sucesso, um homem que acompanha a mídia do Paraná e do Brasil, sabe da realidade do Paraná.

Então, quero solidarizar-me a V. Exa. a favor dessas causas; estaremos sempre ao seu lado, solicitando ao governo. Vamos ver a realidade dos fatos, porque não é só o IML de Ponta Grossa, mas nós que trabalhamos no interior sabemos da dificuldade, dos acidentes, nas horas piores em que acontece a desgraça em uma família. Então, estamos solidários mas V. Exa. é testemunha da “Carta de Puebla” e a preferência pelos pobres.

O SR. JOCELITO CANTO

Fico feliz, deputado Anibelli, que V. Exa. relata aqui que o governo tem tentado cumprir a Carta, mas a Carta tem umas vinte páginas e ele cumpriu a primeira, a segunda, a terceira, mas faltam umas vinte ainda e espero que ele cumpra a do IML, porque o dia que V. Exa., Deus o ajude que nunca precise ir ao IML, mas quem precisar

ir um dia ao IML, verá o sofrimento que é para uma família.

Outra coisa, nós aprovamos cargos aqui para o Teatro Guaíra e, que eu saiba, o Teatro Guaíra, com todo o respeito que tenho pela cultura, não é melhor do que o Instituto Médico Legal. Eu prefiro o Instituto Médico Legal do que o Teatro Guaíra, até porque no Instituto Médico Legal estão as pessoas mais humildes, as pessoas que sofrem e quem já passou pelo IML sabe o que está acontecendo.

Então, espero que o nosso Governador, baseado nas linhas seguintes deste começo de Carta que ele começou a cumprir, que a “Carta de Puebla”, preferencialmente pelos pobres seja atendida e que possamos ter cargos de confiança provisórios. O governador faz provisório por uns três ou quatro meses, depois manda um plano de cargos para cá, como mandou dos professores, como vai mandar de outros servidores do Estado, para que possamos votar e ter mais funcionários no Instituto Médico Legal não só de Ponta Grossa, mas do Paraná inteiro.

Concedo um aparte ao deputado Neivo.

O Sr. Neivo Beraldin

Não pedi um aparte, mas concordo plenamente com o seu pronunciamento e cumprimento pelo dinamismo.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado!

Então, senhor presidente e senhores deputados, este registro que eu queria fazer hoje é justamente para chamar a atenção do governador. Espero que ele mande para cá os cargos do IML. E vou fazer um acordo aqui: todo o dia, a partir de hoje, vou subir aqui e vou cobrar os cargos do IML; isso até o dia que alguém “encha o saco” de mim e resolva colocar os cargos, nem que seja em comissão, porque não é justo o que o povo está passando!

E para finalizar, senhor presidente, vou levantar uma polêmica nesta Casa hoje, e que muitos não gostam de falar. Mas, como diz o deputado Alexandre Curi, sou um deputado livre, um deputado “pitoco” - um dia bato e um dia assobio - faço o que a cabeça manda. Aqui na Casa dizem que sou um deputado autêntico, que falo realmente aquilo que penso. Sinto-me, aqui, na tribuna como no rádio.

Eu gostaria, hoje, deputado Alexandre Curi, deputado Nelson Tureck, de falar sobre a situação do ministro José Dirceu. Estamos vendo agora uma manobra do PFL, do deputado Plauto, do PSDB, do deputado Rossoni e de outros Partidos não ligados ao governo, mas de Oposição ao governo, que foram governo e hoje são Partidos contrários ao governo, fazer um massacre verdadeiro em cima do ministro José Dirceu.

Eu estava pensando nesse fim de semana, deputado Elio Rusch, que recentemente o ministro José Dirceu

esteve nesta Casa e aqui estiveram os ministros líderes deste Estado para fazer o quê? Prestar uma homenagem! O ministro José Dirceu recebeu o título de cidadão honorário do Estado do Paraná, em uma indicação do PT do Paraná, se não me falha a memória, deputado, presidente do PT, André Vargas ou Ângelo Vanhoni. Se não me falha a memória também esta Casa votou por unanimidade - parece-me com uma abstenção, favorável ao título a José Dirceu. Naquele dia, eu vi aqui gente chorando, se emocionando, batendo nas costas do ministro, tirando foto e eu fiz uma entrevista com ele. Aquele dia foi de aplausos a "Zé Dirceu, que daquela tribuna contou a sua história. O deputado Ângelo Vanhoni contou nesta Casa, na tribuna, que o ministro José Dirceu era um patrimônio histórico-político deste País. Vários companheiros fizeram discursos do José Dirceu.

Hoje, vejo ao contrário. Vejo pessoas com medo, querendo aproveitar e querendo defender, mas estão com medo. Vejo também a Oposição, feliz da vida: demos o primeiro escândalo do governo Lula! O País está parando! A economia está balançando! O governo não trabalha! O presidente se une para definir a crise! A crise afeta o mercado! O mercado está com problema! E tudo por quê? Por causa de uma crise chamada Waldomiro Diniz e que a Oposição insiste em dizer, que o ministro José Dirceu é um dos responsáveis - querem a sua cabeça, querem demiti-lo e querem que o presidente o mande embora.

Recordo-me, deputado Valdir Rossoni, e volto para trás e lembro-me ao inverso: quando se fala do Jaime Lerner, o deputado Elio Rusch quase tem um troço. O deputado Rossoni é o maior defensor, com todo o direito. O deputado Plauto o defende. Os deputados, que eram da Situação antes, hoje o defendem; são Oposição. Aí, vira o disco. E, agora, o disco está do outro lado.

Senhor presidente, estou apresentando hoje, nesta Casa, que vai até criar estranheza, porque o que estou apresentando é um voto de desagravo ao ministro José Dirceu. Quero ver quem é que vai votar a favor e quem é que vai votar contra, porque quando o José Dirceu esteve aqui, foram beijos e abraços. Agora que um assessor seu aprontou, querem suicidá-lo, querem matá-lo, querem tirá-lo do governo e dizem que ele é o vilão do governo!

Eu vou dizer aos senhores - tive uma boa impressão quando o ministro esteve aqui. E mais, o ministro José Dirceu, para mim, acompanhando a história e depois do discurso do companheiro Ângelo Vanhoni daquela tribuna, é o patrimônio da democracia deste País, é o ministro que passou exilado, que foi mandado embora deste País porque teve a coragem de ousar pela democracia. E hoje, hoje a Oposição quer massacrá-lo, quer jogá-lo no lixo, esquecendo o seu passado, esquecendo a sua luta, a sua constante luta em favor do que nós estamos vivendo aqui hoje: a democracia!

Por isso, eu sou adversário do PT, mas vou propor, senhor presidente, este voto de desagravo ao ministro, porque acho que é nas horas difíceis que nos intitulamos

amigos, defensores. Demos até uma honraria ao ministro, hoje nós temos que mostrar nossa cara e mostrar se nós vamos esquecer o assunto ou nós vamos falar do assunto, se nós vamos aprovar ou não vamos aprovar. Eu quero ver hoje de que lado e de que jeito está esta Assembléia, se vai aprovar esse desagravo que estou fazendo ao ministro, um ministro que tem história, que carrega este País hoje com todas as dificuldades.

Então, para encerrar, senhor presidente, peço a todos os deputados desta Casa que nos apoiem nesse desagravo que estamos fazendo porque senão, vai ficar muito chato - recentemente nós demos um título ao José Dirceu e hoje o que nós vamos fazer? Vamos nos esconder ou vamos mostrar a nossa cara e dizer - olha, nós somos a favor.

Até agora, deputado Rossoni, não há nada que desabone a figura do ministro José Dirceu, pelo menos eu não vi - eu não vi ninguém dizer algo do José Dirceu neste momento, mas eu vejo um monte de gente querendo massacrar o ministro José Dirceu com uma única intenção - politicamente, acabar com o governo.

O Sr. Valdir Rossoni

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Eu agradeço o aparte que V. Exa. me concede, mas eu não sei qual o objetivo do requerimento. Na verdade acredito que é um requerimento macabro, porque V. Exa. entra com um requerimento aonde a situação do ministro José Dirceu é cada vez mais grave. Se V. Exa., vem entrando no caso Waldomiro, se V. Exa. ler as revistas semanais no último final de semana, V. Exa. já vai ver que houve reuniões do secretário do Partido, ao lado do gabinete do ministro, com empreiteiros, discutindo questões que coloca em dúvida a atitude desse mesmo funcionário.

E, deputado Jocelito, se V. Exa. quer um voto de apoio ao ministro José Dirceu, da minha pessoa V. Exa. não terá, sabe por quê? O Waldomiro morou com o José Dirceu muitos anos. A polícia já estava investigando o Waldomiro, o José Dirceu já sabia dos problemas que teve no Rio de Janeiro, aonde o ex-secretário da Segurança Nacional diz com todas as letras, este final de semana, de que o PT inteiro sabia.

Então, na verdade, eu acho que V. Exa. está trazendo este requerimento mais por uma questão paroquiana, de Ponta Grossa, do que de apoio a José Dirceu, porque não é o momento, porque ele está em desgraça, para o bem do governo Lula e para o bem do País. Quem mora há doze anos com uma pessoa deve, pelo menos, conhecer o seu caráter.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado Rossoni, obrigado pelo seu aparte, mas eu gostaria de lembrá-lo que eu acho que V. Exa. votou a favor do título para o José Dirceu, não é?

O Sr. Valdir Rossoni

Até aquele momento, deputado, não tinha nada que o desabonasse. Hoje tem. Ele compartilhava com um homem corrupto que está paralisando a Nação, por inoperância do Governo. Sabe quem são os protetores do Governo do PT hoje? V. Exa. leu na Época, na Veja e na IstoÉ. Antônio Carlos Magalhães e José Sarney, esses são os homens que estão ajudando o PT a não fazer a CPI em cima dessa questão que está sendo denunciada pela imprensa nacional! Então quem pega Antonio Carlos Magalhães e o José Sarney para padrinho...

O que José Sarney e Antonio Carlos Magalhães estão fazendo? Estão tornando o Lula prisioneiro da sua vontade, eles estão agora, neste momento, socorrendo o Lula para daqui a pouco começar a mandar no Governo, como mandaram no Fernando Henrique, como mandaram no Collor e depois pularam do barco e vai acontecer com o Lula também! Neste momento eles estão demonstrando força, apoiando o Lula mas daqui a pouquinho, quando a coisa ficar um pouco mais feia, vão ser os primeiros a abandonar o presidente Lula!

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, eu pediria o Horário da Liderança do PTB para encerrar, se V. Exa. permitir.

(Assentimento)

Deputado Rossoni, só para lembrar que PFL e PSDB são primos-irmãos, um apóia o outro sempre que é necessário, todos estavam no Governo e todos sempre estão ajudando, então o PFL é primo-irmão do PSDB que V. Exa. faz parte.

Para finalizar as minhas palavras, senhores deputados, e revista por revista, o deputado Rossoni falou, revista, não é, deputado Greca? Deputado Greca, quantas vezes saiu nas revistas sendo caluniado? E o deputado Greca está aqui, absolvido, de alma lavada! Quantas vezes as revistas o massacraram, disseram que ele tinha envolvimento com os bingos. Está aqui o deputado Greca, qual é o envolvimento que as revistas provaram que ele tinha? Está aqui, é deputado do povo do Paraná!

Então, senhor presidente, eu estou propondo nesta tarde este voto de desagravo ao ministro, até porque eu acho que ele até hoje é um cidadão, nada há contra ele, nada que se prove contra o José Dirceu. E esta Casa lhe deu um título e agora num momento que ele passa por dificuldade apenas porque nomeou um assessor, eu queria perguntar aos políticos se alguém que já exerceu algum cargo nunca teve problema com algum assessor? Se alguém que nunca teve problema que levante a mão, um deputado só! A senhora está no primeiro mandato, não é, deputada Elza? Claro, na primeira vez é difícil. Mas queria perguntar aos políticos deste País, quem é que nunca teve problema com assessor? Fale-me um! O senhor não teve, certeza absoluta que o senhor nunca teve problema com nenhum assessor seu? Nem de perto e nem de longe? Dá uma olhada, e olha deputado, pode ser que tenha. A questão de assessor é isso, todos nós temos problemas.

Concedo o aparte ao deputado Elio Rusch com todo prazer;

O Sr. Elio Rusch

Acho que V. Exa. não pode chegar aqui e querer acusar a todos os políticos. Eu estou dizendo que a assessoria que eu tenho no meu gabinete, nenhum dos meus assessores, desde o chefe de gabinete até o motorista, todos os meus assessores são pessoas de confiança minha, que desempenham as suas funções com lealdade!

Eu posso até dispensar o assessor, mas não por corrupção! V. Exa. está querendo comparar nossos assessores com Waldomiro Diniz, e isso eu não permito! Temos 54 deputados aqui presentes e acho que cada deputado, cada parlamentar procura se assessorar da melhor forma e eu não posso admitir que os nossos, não os meus, mas os nossos assessores, sejam comparados com Waldomiro Diniz! Não tenho problema com minha assessoria, nunca tive e não tenho!

O SR. JOCELITO CANTO

V. Exa. é um caso à parte. A gente troca muito de assessores, deputado. É normal trocar de assessores de vez em quando. É normal, às vezes, porque trabalha bem; às vezes porque não trabalha bem, porque falta ao serviço, porque deixa de fazer um projeto. Isso é normal. Todo mundo que trabalha em qualquer empresa, qualquer empresário troca o funcionário.

O Sr. Elio Rusch

Mas participar de corrupção como participou Waldomiro Diniz, filmado, mostrado através de imagem, áudio e vídeo, para o Brasil inteiro, isso não pode ser comparado com assessores nossos!

O SR. JOCELITO CANTO

Para encerrar, acho que o deputado Elio Rusch confundiu o que eu quis dizer aqui. Na verdade, repito, a intenção clara é de dizer até hoje que não há nada contra o ministro José Dirceu.

Esta Casa votou a favor do título para José Dirceu. E até que julguem, não há nada contra José Dirceu. Se alguém tiver uma prova, que se levante e apresente na CPI em Brasília!

O Sr. Reni Pereira

Gostaria de discordar de V. Exa. e dizer que todos aqueles funcionários públicos e os assessores que ingressam no serviço público sem o concurso, são nomeados através da confiança daquele que detém o poder. Tanto os seus assessores como os demais, só estão aqui na Assembleia sem concurso público porque fazem parte da confiança, seja do deputado ou da diretoria da Casa ou também do Partido. E assim o é, nas três esferas do Poder, do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal.

Acho que o senhor se equivocou nas colocações.

O SR. JOCELITO CANTO

Já que a Assembléia aprovou um título de cidadão honorário ao ministro José Dirceu, coloco esse requerimento na pauta para que os senhores deputados possam, dentro da seqüência, ver o que é direito.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

A Assembléia Legislativa do Paraná foi notícia nacional sobre uma questão dos automóveis, mais especificamente das multas que os automóveis pertencentes à Assembléia Legislativa, possuem. Isso foi notícia nacional, o Brasil inteiro viu três vezes na televisão.

Em verdade, senhor presidente, parece-me que estão procurando legitimar uma grande sacanagem nacional que é a tal da “ratoeira”. Aliás, estamos em São Paulo, em Curitiba, fazendo uma pesquisa ampla sobre essa questão das “ratoeiras” colocadas em Curitiba.

Mas, senhor presidente, é oportuno que se faça um esclarecimento. Os carros que pertenciam ao meu gabinete pessoal eram dois, o meu motorista obteve quatorze multas. Essas quatorze multas significam hoje 35 mil reais, porque quando a multa é lavrada é 127 reais, a comunicação vem para a Casa, que acaba na Direção Geral da Casa. O diretor geral da Casa se encarrega então de comunicar os gabinetes responsáveis das multas. Isso já passou o tempo regulamentar para que você possa fazer a defesa ou apresentar o motorista ou pagar a multa. Então, a multa que vem agravada de 127 reais, passa a 3 mil reais, até 4 mil reais.

É preciso se esclarecer os fatos. Quem deve multa tem que pagar a multa. Agora, não podemos fazer desse problema um problema que possa esconder os grandes problemas. Essa é a grande questão.

Acho que quem deve a multa, conforme decisão judicial obtida por esta Casa, que tenha a responsabilidade, quem tem o veículo, pague a multa que deve. Agora, agravada a multa, é uma injustiça, e evidentemente o jogo que se está fazendo é o jogo do “caça-níquel”.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário das Lideranças, PSL.

Com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhora deputada 2ª secretária, companheiros. Nos últimos dias tem se comentado muito a respeito dos carros da Assembléia. Em 1990, quando junto com outros companheiros aqui chegávamos à Assembléia, esses carros oficiais já existiam. Certamente que o Brasil está mudando, os tempos são outros, a população hoje não aceita certos privilégios adquiridos com o passar do tempo.

Nós os deputados da Assembléia - não falei com os 54, mas aproximadamente com uns 50 eu falei - em nome do deputado presidente da Assembléia, Hermas Brandão,

em nome do 1º secretário da Assembléia, deputado Nereu Moura, gostaria de transmitir à população do Paraná, através dos seus veículos de divulgação, que não se trata de uma medida antipática ou arbitrária por parte da Mesa Executiva. Apenas, que foram os senhores deputados, ninguém mais. Não o Poder Judiciário, o Poder Executivo ou qualquer outro movimento, apenas os 54 deputados entenderam que estava na hora de devolverem esses automóveis. Por quê?

Além da satisfação que esta Assembléia dá para o Brasil, além disso existem muitos deputados vítimas, como o deputado Neivo falava, que há pouco tempo o prefeito de Curitiba inventou as “ratoeiras” e coloca numa via rápida, onde se lê “via rápida”, ali você tem que andar a 60, 70, 80 por hora, numa via rápida, sendo que quando construíram aquela via rápida, era para ser diferenciada da via lenta, onde tem a canaleta dos ônibus de Curitiba!

Por essa razão os deputados, alguns até do interior - nem sempre são os deputados que dirigem o carro da Assembléia, são os seus assessores. Não dá para entender que numa via rápida tem que se andar a 50, 60 e 70 por hora. Dessa forma os deputados se transformaram inclusive em prisioneiros nessa nova medida implantada pela Prefeitura de Curitiba. Ela determina aproximadamente 60 milhões de reais por mês em cima desse abuso, porque nada se fez em termos de investimento para melhorar a sinalização ou proteger o patrimônio que é o automóvel do povo. Os carros continuam sendo roubados em Curitiba, na base de 35 a 40 carros por dia e as multas, as lombadas acabando com os escapamentos, continua tudo igual, nada mudou! Apenas 60 milhões por ano são jogados à Prefeitura de Curitiba!

Companheiros, para surpresa de alguns deputados, quando chega no final do ano, a polícia manda parar o carro, vai no computador e levanta que o carro tem 40 mil reais de multa, como o meu, com 50 mil reais de multa. Aí vamos procurar a nossa assessoria: vocês receberam essas multas? Quando falam que sim, esqueceram

de nos passar. Então, somos obrigados a entregar os automóveis, não por denúncia, não por movimento ou pressão de quem quer que seja...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que conclua vosso pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Quero solicitar, senhor presidente, que V. Exa. estenda o prazo, porque temos que defender a nossa Casa, temos que defender os nossos companheiros por causa da pressão de que, se não entregarmos os carros, vamos para cadeia, quando não partiu daí, partiu da vontade própria dos deputados em devolver os carros.

Gostaria que V. Exa. considerasse o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem dois minutos para concluir!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Dois minutos são insuficientes, presidente, porque tem um documento oficial aqui do Ministério da Justiça que vem endossar o que estamos colocando.

Os deputados têm sido vítimas, talvez até alguém que não goste de um dos deputados mande multar a placa do seu carro, porque a multa não chega em nós, não podemos entrar com recursos, não podemos nos defender, somos pré-julgados pelo fato de termos um carro oficial. Talvez tem alguém da Polícia ou não que diz: “aquele deputado não está ajudando a aumentar o salário, vamos começar a castigar”, porque tem multa onde o carro nunca andou, essa que é a verdade, e não nos dão direito à defesa!

O SR. NEIVO BERARDIN

E a placa não corresponde e o endereço tampouco!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Por isso, senhor presidente, quero cumprimentar o diretor desta Casa, o Bibinho, pela sua inteligência e competência em acionar a Justiça através de advogado.

Neste documento oficial, diz o Dr. Horácio Ribas Teixeira, Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná: “Manda qualquer oficial de Justiça que em cumprimento ao presente mandato e por determinação deste Juiz nos autos de desconstitutiva de Ata Administrativo nº 10.94/2003 em que é requerente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e requerido a URBS - Urbanização de Curitiba S/A, dirige-se a esta cidade e sendo aí procede a citação do requerido, URBS - Urbanização de Curitiba, na pessoa de seu representante legal, para dar cumprimento ao despacho do Meritíssimo Juiz, no qual foi deferida a antecipação da tutela pretendida a fim de autorizar o pagamento das multas e sem o acréscimo da parcela referente ao agravamento...”

O senhor sabe o que é agravamento?

Uma multa que você não assinou, não tomou conhecimento, não protestou, não se defendeu, a outra multa vai para trezentos, vai para mil, cinco mil, dez mil, cem mil, um milhão, dez milhões de reais! Essas são as multas de Curitiba, porque não chega à pessoa do motorista.

Continua a leitura: “...previsto no parágrafo 8º do artigo 257”.

Bom, senhor presidente, para não me alongar, porque quero conceder aparte aos ilustres deputados, este documento é assinado pelo Juiz e o prefeito de Curitiba, que não tem o pedigree de presidente da República e bem de governador, tem que obedecer o nosso Judiciário. No entanto, a URBS, que lá estava, que ele exonerou, não estava acatando essa decisão.

Por isso, senhor presidente, todos os deputados estão entregando o carro e ficam com este documento,

para discutir judicialmente o pagamento ou não das referidas multas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Quero fazer uma consulta ao Plenário desta Casa, porque o deputado Cartário, usando do tempo do seu partido - já lhe concedemos um tempo a mais por ser obviamente um assunto extremamente interessante, mas gostaria de pedir ao Plenário se concede a possibilidade de que o deputado Geraldo Cartário tenha mais dez minutos entre aparte para que ele possa concluir.

Coloco esta proposta em votação, porque o Plenário é o soberano e nós temos, infelizmente, um Regimento ultrapassado.

Coloco em apreciação à Plenária. A Plenária concorda de que o deputado Geraldo Cartário possa dispor de mais dez minutos improrrogáveis entre Aparte e o seu pronunciamento? Os favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.** V. Exa. tem mais dez minutos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Então, eu aproveito, vou falar com mais calma agora, porque estava querendo ganhar tempo.

O Sr. Dobrandino da Silva

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

O carro que apareceu no noticiário da Rede Globo e em todos os noticiários está sob a minha responsabilidade. Que tem o maior valor de multas. As multas, senhor presidente e senhores deputados, do carro que está sob a minha responsabilidade não chegam a quatro mil reais. Mas, com esse absurdo de jogar uma multa de cem reais para quatro, cinco mil reais, a multa chega a quase cinquenta mil reais. Mas, mesmo que tivesse que pagar esse valor do meu bolso eu pagaria, senhores deputados, porque o meu carro, que está sob a minha responsabilidade, eu não dirijo é a minha assessoria, mas é um carro que está no meu gabinete, que trabalha o dia todo. Gasto mais do que isso de gasolina, gasto três, quatro tanques de gasolina, atendendo a serviço do gabinete.

E olha senhores deputados, não me envergonho nenhuma vez de aparecer que o meu carro tem essas multas, porque é um carro que está trabalhando a serviço de um parlamentar que trabalha na Assembléia Legislativa.

Eu poderia não ter nenhuma multa, poderia até não ter nenhum carro o gabinete e não fazer nada para a população. Só se fosse irresponsável dos meus compromissos. Não me envergonho disso, dizer que o meu carro tem multa. São absurdos. O carro sai na rua trabalhando, tem radar em cada esquina. Eu mesmo se for dirigir deveria ter o dobro disso porque não sei onde estão eles. Mas, o meu carro se justifica porque está trabalhando. Trabalhando para a sociedade do Paraná, porque assim eu recebo da população para prestar serviço.

Por isso quero justificar que isso é uma arbitrariedade enorme que estão fazendo conosco, expondo. Para

mim pode expor, não me importo. O carro tem muita mesmo, o que a Justiça mandar pagar eu vou pagar. E tem mais, estou entregando os carros, um eu já comprei, paguei do meu bolso, um carro popular que vai trabalhar no mesmo ritmo na rua. E se tiver que arcar com essas multas, vou pagar porque tenho compromisso como deputado, através do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Presidente, antes de passar o aparte ao deputado Neivo, por uma questão de justiça, o primeiro a entregar o carro há quase um ano, foi o deputado Ângelo Vanhoni, vítima também do sistema de multa. Ele se irritou e entregou. Logo a seguir, juntamente com o Vanhoni que há um ano não tem carro nenhum, o deputado Rossoni, que era 1º secretário da Assembléia, entregou o cargo sem veículo. Mas, isso por um problema pessoal. Porque todos os deputados não infligiram lei nenhuma ao ter o seu carro. Isso já era direito adquirido. Agora, não existia, deputado Anibelli, que me passou os carros da Assembléia com uma relação certinha, sem problema nenhum. Só que no seu tempo a ganância do prefeito aqui de Curitiba não era tão grande como está sendo agora.

Deputado Neivo Beraldin, com a palavra.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Geraldo Cartário. Agradeço e cumprimento a V. Exa. em subir à tribuna para discutir esse assunto, que tenho certeza que o preço que estaremos pagando por essa falsa publicidade, poderemos estar beneficiando aqueles que estão sendo roubados, com conluio com “o prefeito Cássio Níquel”.

E não é diferente com a prefeitura de São Paulo. Aqueles que ganharam muito dinheiro em precatórios neste país, criaram esses sistema para roubar o povo brasileiro.

Eu estou na condição de presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia, investigando a fundo essa questão.

Não vou permitir que o nosso mandato honrado seja colocado na lama, por interesse de um veículo de televisão, que quer ibope apenas.

Eu já entreguei os meus carros.

Tinham quatorze multas e somam, as quatorze multas, em torno de um mil e quinhentos reais. Porém, agravada, sem direito a defesa, apresenta-me o Detran trinta e seis mil reais de multa.

E onde vai esse dinheiro do Detran, que fica com 10% das multas? Porque o Detran e a Prefeitura de Curitiba têm um convênio e quem licencia o automóvel é o Detran. Então, onde vai esse dinheiro da multa de Curitiba, do dinheiro que vai para o Detran?

Temos que investigar isso, deputado Cartário, com competência, com seriedade. Os carros que estavam à disposição da Assembléia, estavam dentro do orçamento próprio da Assembléia Legislativa do Paraná. Ou algum

dia alguém ouviu falar que a Assembléia ultrapassou os seus limites constitucionais no que tange à área financeira? Ou alguém perguntou quantos carros tem o Ministério Público do Paraná ou quanto custa por mês? Ou alguém perguntou quantos carros tem o Tribunal de Contas e o que faz com onze milhões por mês para pagamento de salários?

São reflexões que para o mundo contemporâneo, para o momento da transparência precisamos “colocar o dedo no fundo”. E não serão quatorze multas que um motorista do nosso gabinete ou um auxiliar do nosso gabinete possa ter cometido que vai nos deixar abatidos.

Não. Quero saber por que o Paraná gasta 2,5% em publicidade e propaganda, enquanto São Paulo gasta 0,6% em publicidade e propaganda. E esta Assembléia se cala! Por quê?

Será que os interesses caminham junto com esses que estão levando o grande dinheiro ou será que não há independência para o exercício do mandato?

E sei, estou sendo gravado e filmado, espero que a verdade não se escureça. Vamos ao debate, vamos ao desafio e estou pronto para discutir o Paraná e, se Deus quiser, mudar muita coisa que precisa ser mudada aqui!

A Sra. Elza Correia

Permite-me um aparte, deputado Cartário?

(Assentimento)

Na verdade nós já havíamos sido comunicados por V. Exa. da necessidade de devolução dos carros e isso já antes do recesso. Eu me senti profundamente constrangida, para não usar outro termo, envergonhada talvez fosse melhor, quando vi a repórter da TV Globo dizendo que: “no Paraná acabou a mordomia dos deputados”. Essa foi a chamada e a matéria ficou para o final e eu fiquei esperando para ver qual era a mordomia, e a forma como foi colocado deu a impressão que de fato a questão dos carros tratava-se de uma mordomia e que as multas eram generalizadas.

Entendo que quando cheguei a esta Casa me foi colocado que cada deputado, do ponto de vista regimental, constitucional e legal, receberia dois carros para trabalho da Assembléia Legislativa, o que acho justo, porque eu não teria condições de ter esses dois carros - um no Interior e outro aqui na Capital -, como não terei condições. Acho que é uma questão de estrutura! Os carros da Assembléia Legislativa sempre foram usados única e exclusivamente para os trabalhos da Assembléia Legislativa, acho que para todo mundo que está aqui. Carro a serviço da Assembléia não pode ser usado particularmente pelos deputados!

Penso que isso foi longe demais, porque quero deixar consignado que imagino que tivéssemos outras alternativas, como pagar as multas, resolver esse problema que parecer-me não ser de agora, mas vem se arrastando há muito tempo, do que expor a Casa, expor a Assembléia Legislativa e os deputados e deputadas de um modo geral, generalizando, como se todos nós tivéssemos

multas altas e não pagássemos. Quando recebi um carro de uma outra deputada, tinha lá uma multa, que foi paga. O carro que foi colocado à minha disposição houve uma multa de trezentos e poucos reais, que um assessor andou na via-rápida um pouco acima da velocidade permitida, foi multado e pagamos imediatamente. Acho que é o procedimento normal e correto.

Não precisaríamos passar, desculpe a minha franqueza, absolutamente, por esse constrangimento. Porque todo mundo foi colocado em uma vala comum. Foi generalizado: acabou a mordomia dos deputados no Paraná. Não considero isso mordomia. Mordomia para mim é outra coisa. É não usar para trabalho, com ética, lisura e transparência os carros que a Assembléia Legislativa colocou à disposição dos deputados. Eu, particularmente, fui prejudicada por essa medida, porque não tenho recurso para colocar os dois carros, que serão retirados. Aliás já foram entregues hoje, pela minha assessoria. Já estou a pé.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Geraldo Cartário, solicito a V. Exa., conforme deliberou o Plenário, que conclua o vosso pronunciamento, porque já se esgotou o seu tempo.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, quero agradecer a todos os 54 deputados, que entenderam que o momento era realmente de entregar os veículos. Todos fizeram de livre e espontânea vontade. Não houve pressão. Não houve encaminhamento, que não o normal. Houve um consenso de todos os companheiros desta Casa, sejam deputadas ou deputados.

Em meu nome e em nome da Executiva, do deputado Nereu Moura, do presidente Hermas Brandão, do 1º vice-presidente Natálio Stica, do senhor que é vice-presidente também, enfim, de toda a Mesa Executiva e de todos os deputados, o nosso muito obrigado mesmo. Porque é um fim, um capítulo: carro na Assembléia não vai ter mais.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Apenas um minuto. Gostaria de fazer um esclarecimento à deputada Elza Correia e saber de V. Exa., qual o entendimento que a senhora tem em relação ao trabalho parlamentar? A senhora disse que não deve ser utilizado o veículo. Para que seja esclarecido, deputada, para fins particulares, eu gostaria de saber em que situações ou quais os deputados que se utilizam, para fins particulares. Porque entendo que os deputados são deputados 24 horas por dia, 365 dias por ano. A não ser que seja para utilizar o carro, para férias ou para outros Estados. É importante que façamos esses esclarecimentos.

(**Tumulto das galerias**)

Digo isso com total tranquilidade. Não estou preocupado com torcida ou com “claque-paga”, porque a minha consciência é tranqüila. Já que recebi um carro, quase seis meses depois, porque o deputado que o utilizava não quis me entregar. E também fui o primeiro deputado que entregou o carro.

Eu só queria que ficasse claro isso, por gentileza, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Primeiro, não há questão de ordem a decidir. Portanto fica a cargo da deputada Elza, que talvez pudesse fazê-lo pessoalmente, ao deputado Barbosa Neto.

Gostaria de solicitar aos nossos ilustres visitantes, professores que aqui estão, que permitissem a opinião, democraticamente colocada nesta Casa e legitimamente conquistada nas urnas, de todos os nossos parlamentares, independentemente de qual posição fosse.

Concedo à deputada Elza um minuto, para que V. Exa. possa falar. Além disso temos mais doze oradores para depois fazer a votação dos projetos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Inscrevo-me pela ordem.

A SRA. ELZA CORREIA

Farei o esclarecimento com prazer, senhor presidente - eu fui citada. Não fiz denúncia nenhuma. Mas quando me foram solicitados os carros me foi colocado que em algumas circunstâncias era preciso devolver os carros para moralizar - eu acho que não é por aí. A questão da moralidade para mim seria uma longa discussão. Foi colocado que algumas multas advinham de assessoria, que vez ou outra utilizavam os carros, às vezes, à revelia do próprio deputado e que acabavam sendo multados. Essa foi a questão colocada, Barbosa.

Não citei, porque também não me disseram na ocasião, nome de deputado. Mas foi colocado com todas as letras e reafirmei, que entendo, que os carros da Assembléia deveriam e devem continuar mesmo, agora - não sei como vai ficar - para uso exclusivo da nossa função.

Final de semana para casamento, batizado, etc e tal, seria o carro do deputado e me parece que às vezes isto não era muito bem utilizado, à medida que alguns assessores em alguns momentos, à revelia do deputado, utilizavam-se do carro para outras questões e acabavam sendo multados. E isto me foi colocado quando foi pedido. Eu disse então que era caso e caso e os casos deveriam ser analisados individualmente e não jogar todo mundo numa vala comum como foi feito, porque quando eu vi a Rede Globo dizer - acabou a mordomia no Paraná, deu a impressão que todos nós usávamos para mordomia e eu entendo que nós usamos o carro da Assembléia para trabalho, exclusivamente para trabalho.

Neste sentido, deputado Barbosa Neto, é que foi feita a minha colocação.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta presidência esclarece que doravante, veja bem, nós estamos aqui com várias inscrições, e com certeza os nossos parlamentares vão comentar sobre este mesmo assunto.

Então, que pela ordem seja pela ordem. Inicialmente, pela ordem, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

A questão, para arrematar este assunto, é uma sugestão à Mesa Executiva, para que faça uma doação desses veículos para uma entidade beneficente, um hospital, até porque a venda desses veículos, esse dinheiro vai entrar no orçamento da Assembléia.

Então, acho que a Assembléia deveria encontrar uma maneira de dar fim a esta questão dos carros por uma boa causa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Neivo Beraldin, não há questão de ordem.

Eu volto a pedir a compreensão dos nossos deputados. Se pedir pela ordem tem a palavra pela ordem, mas pela ordem!

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, gostaria, já que o assunto envolve a Rede Globo de Televisão, que os companheiros da Rede Globo me filmassem, estão filmando todo mundo aqui, eu gostaria de dar uma pauta, uma sugestão para a Rede Globo, a Rede Globo deveria também levantar quanto é gasto com os carros dos senadores do Brasil. Lá em Brasília tem senador que tem carro oficial chapa branca. Eu quero saber se a Rede Globo tem coragem também de fazer uma matéria com os senadores lá em Brasília que usam o carro, quanto custa e quem paga.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não havendo mais questão de ordem a decidir sobre este assunto, vamos à continuação do horário das lideranças: PSB com a palavra, por cinco minutos, meu caro deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Acredito que hoje, em continuação à Sessão que tivemos anterior ao carnaval, são datas e Sessões comemorativas para o Estado do Paraná, e como o deputado Anibelli falou, o governo do Estado fez uma opção pelos pobres, através da doação da "Carta de Puebla" como norte do seu governo. Eu não vejo outra maneira, e pelo menos não vislumbrei em nenhuma parte do mundo, em

que se faça uma opção pelos pobres e se minimizem as diferenças sociais entre as classes se não for primeiramente, a um longo prazo, tentar adequar esta diferença através da educação. E tenho certeza que a educação vai ser o caminho que não só o Paraná, mas o Brasil vai encontrar para minimizar as diferenças sociais.

Então, gostaria de antemão colocar que o nosso Bloco Independente, composto de cinco deputados, já fechou questão que vamos votar com o governo do Estado do Paraná porque entendemos que houve um entendimento com a APP Sindicato, que representa os interesses dos professores, com o governo do Estado do Paraná.

Gostaria de deixar bem claro que a nossa posição é em favor do magistério e acreditamos que o aval da APP a esse plano de carreira, com certeza, se não inibe por completo a margem de erro, por parte do Governo do Estado, no avanço da carreira do magistério e na minimização das diferenças que historicamente os professores vêm tendo, pelo menos ela elimina em parte.

Gostaria de indagar ao líder do Governo, porque acredito que ele pode, com uma breve manifestação, sanar esta dúvida. Nós temos conhecimento, até porque já fizemos reivindicações nesta Casa que existem centenas de pedidos de avanço vertical de professores que cursaram, com regras impostas pelo Governo anterior, mas eram as regras vigentes, cursaram cursos de especialização e tantos outros e não tiveram ainda o reconhecimento por parte do Governo do Estado. No plano de carreira enviado pelo Governo, continua a dúvida. Então, gostaria de indagar ao líder do Governo se estará assegurada a esta centena de professores que cursaram com recursos próprios os cursos de especialização, no sentido de se qualificarem e prestarem um serviço de melhor qualidade àqueles alunos da rede pública estadual?

O Sr. Natálio Stica

Quero dizer que no dia de hoje ainda não estou como líder do Governo mas na ausência do deputado Vanhoni, que não pôde estar aqui por compromissos assumidos fora do Paraná, e conversando hoje pela manhã com o governador Requião, amanhã às 9h30min. estamos convocando uma reunião com todos os deputados aliados da base de apoio ao Governo junto com o secretário Maurício Requião, para que possamos sanar as dúvidas em relação ao plano de cargos.

Por isso gostaria que V. Exa. estivesse com os demais deputados amanhã às 9h30min. para que nessa reunião nós possamos fazer um acordo e em comum acordo com a APP Sindicato possamos dar prosseguimento para que até o final da semana possamos terminar a votação do tão esperado e sonhado plano de cargos dos professores.

O SR. RENI PEREIRA

Agradeço a resposta do líder do Governo. Só fiz esta manifestação para deixar registrado que existe bem

claro, no plano de cargo e carreira que será feita regulamentação em resolução específica que vai garantir não só o avanço como também a remuneração dos professores que cursaram especializações. Só que em nenhum momento existe estipulado o reconhecimento desses processos pendentes. E eu acredito que esses professores já estão colaborando com o intuito do Governo do Estado do Paraná que é realmente fazer uma opção pelos pobres levando com qualidade uma melhor condição a essas pessoas que se servem do ensino público.

Aproveito também para louvar o pronunciamento do deputado Chico Noroeste. estivemos juntos na semana passada defendendo o ensino público superior da nossa Unioeste. Porque da mesma maneira que existem dúvidas, precisamos esclarecer acerca da contratação, pelo menos em caráter precário dos professores, em todos os campus da Unioeste, mas mais especificamente no campus de Foz do Iguaçu onde mais de cinco cursos poderão não iniciar as aulas devido a falta de professores. E se o Governo entende que é preciso valorizar os professores do ensino básico e secundário é preciso também valorizarmos o professor do ensino superior. Muitos professores estão cumprindo com sua carga horária da pesquisa, de extensão, por isso não podem voltar às aulas. Por exemplo: no curso de Pedagogia de Foz do Iguaçu existe uma única pedagoga, portanto não terá como essa professora se desdobrar em cinco, seis matérias para fazer com que as aulas tenham início.

Nesse sentido, gostaria também, na reunião com o secretário da Educação, colocar nesse parêntese, deputado Chico Noroeste. Você que há anos tem lutado pela nossa Unioeste, pela extensão dos cursos, para levar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos iguaçuenses e de toda a região.

Entendemos que a Unioeste presta esse serviço e pode ter abruptamente esse caminho interrompido pela falta de professores neste início de ano.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao senhor deputado Valdir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Boa tarde, senhor presidente; boa tarde, senhores deputados, bem como a todos os professores que estão aqui para assistir, na verdade, à discussão de uma coisa que é bastante legítima de todos vocês.

Na verdade, o que me traz à tribuna, até por ser de Paranaguá, é essa discussão que todo dia lemos nos jornais, falando dos prejuízos que a economia paranaense está tendo devido ao porto de Paranaguá não funcionar como os empresários desejam e como o Paraná precisa, na verdade. E apesar de fazer parte da bancada de apoio ao governador Requião, não posso deixar de me manifestar que em Paranaguá realmente as denúncias têm se avolumado. A própria massa trabalhadora da cidade está

perdendo esse mercado de trabalho devido algumas trapalhadas que a administração portuária vem impondo no porto.

A Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa já convocou para a próxima quarta-feira, o diretor-técnico do porto de Paranaguá para que as dúvidas sejam esclarecidas e para que ninguém seja condenado antecipadamente, já que a defesa é um direito de todos. Mas, em Paranaguá, são gigantes as reclamações dos operadores, com relação à dragagem do porto que não é feita há mais de um ano. Isso acaba não dando condições para que os navios de maior porte atraiquem em Paranaguá, ou seja, os armadores não querem colocar mais os seus navios em Paranaguá, devido ao medo de encalhar.

Ouvi o nosso amigo Plauto falando em relação ao preço da soja em Paranaguá. Talvez ele não soube se expressar, na verdade. A grande verdade é que o exportador ganha um prêmio quando consegue colocar a sua mercadoria no dia e no tempo certo. O importador paga um prêmio, esse prêmio normalmente varia entre três e dois dólares.

Então, para cada dificuldade hoje em dia, Paranaguá não paga mais prêmio nenhum para exportador.

Se a previsão é movimentar 30 milhões de toneladas ou 10 milhões de toneladas, para cada um milhão de tonelada movimentada a economia paranaense perde 3 milhões de dólares. É uma coisa que não podemos assistir passivamente, calados, até porque acredito que a postura do governador Roberto Requião, independente de quem esteja na administração do porto é ter um Paraná cada vez melhor, um Paraná cada vez mais desenvolvido. Desta forma, não é possível que os desmandos que porventura venham estar acontecendo em Paranaguá, depois de comprovados, continuem dessa forma. Não consigo ver um governador como o governador Roberto Requião, que quer ver transparência, que quer ver as coisas funcionando da melhor forma possível, fechar os olhos no caso de Paranaguá. Para vocês terem uma idéia, na última semana o próprio prefeito de Paranaguá foi à rádio denunciar e falou que teve que participar de uma operação de navio, ou seja, para atracar, o prefeito teve que colocar a sua mão, teve que conversar com o superintendente, porque o diretor-técnico, por algum motivo, não quis fazê-lo.

Então, quando chegamos a esse caso, que o prefeito começa também a administrar de forma paralela um porto que é um comando estadual, nós começamos a ficar preocupados.

Não sei se está aqui o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, existe a sugestão para que seja convocado o prefeito de Paranaguá, que deu essas declarações em público, bem como outras autoridades da cidade, que não podemos deixar, de forma alguma, que as pessoas se defendam, mas também não podemos ver que o porto seja administrado da maneira como vem sendo. É impossível. Enquanto a economia paranaense perde tanto, o que vemos em Paranaguá é o superintendente

brigando com 25, 30 cantineiros, para impedir que essas pessoas trabalhem, que elas forneçam alimentação para os caminhoneiros da cidade.

Concedo o aparte do deputado Artagão Júnior.

O Sr. Artagão Júnior

Só para que possamos frisar o que foi dito por V. Exa., realmente o objetivo da Comissão de Fiscalização desta Casa, composta por deputados dos mais variados partidos incluindo-se nessa Comissão deputados de Oposição e deputados de Situação, conforme é o meu caso. Nós já assinamos todos os requerimentos que foram solicitados, sugeridos por V. Exa. e por vários assuntos que foram levados à última reunião, onde nós pudemos encaminhar esses requerimentos. Referendando mais uma vez o objetivo do Governo Requião, que é trabalhar dentro de uma transparência, se não fosse dessa forma teria nos solicitado que não participássemos assinando esses requerimentos.

Só para poder atender uma afirmativa de V. Exa., o senhor falou que cada hum milhão de tonelada perde-se três dólares. Então, trinta milhões de toneladas seriam trezentos mil dólares.

O SR. WALDIR LEITE

Casa hum milhão são três milhões, deputado, só que não são trinta milhões de grãos que são movimentados em Paranaguá, por ano. Trinta milhões é toda a carga que passou por lá, no ano passado.

Mas, existem das mais diversas denúncias para serem apuradas pela Comissão, até para poder dar oportunidade para a defesa. Uma delas é a dragagem que não está sendo feita com uma responsabilidade que a companhia cobra. A outra delas é com relação à atracação preferenciada, onde o prefeito fala em público que participa da escolha dos navios que vão atracar. Contratação de empresas irregulares e tantas outras denúncias, que essa Comissão, já que é o nosso dever participar dela com a maior coerência possível e dar oportunidade das pessoas se explicarem.

Agora, uma coisa é certa: não foi nenhum deputado que foi aos jornais falar que foi desvio de soja. Se houve desvio de soja, não é o exportador, não é o operador que é o responsável, e sim, o porto é responsável pelas mercadorias lá depositadas. Então, se houve algum desvio, algum sumiço, essa responsabilidade tem que ser assumido por quem de fato administra o porto público. Não adianta falar que o empresário que é corrupto, que é o armazém que não presta. As desculpas lá em Paranaguá já não têm mais espaço.

Então, queremos, através da Comissão, dar oportunidade para que os fatos sejam esclarecidos, e se comprovados, tenho certeza que o governador Requião, independente de quem administra o porto terá que tomar as providências cabíveis, até porque não é Paranaguá, não é o litoral que aqui perde, mas o Paraná, o Brasil que está perdendo dessa forma de administração do porto, caso

sejam comprovadas as denúncias que vêm sendo conversadas nos quatro cantos da cidade de Paranaguá.

Até sugiro que o nosso presidente convide, não convoque, o prefeito de Paranaguá, os capitães dos portos de Paranaguá e Antonina, o presidente da Associação de Praticagem de Paranaguá, bem como o presidente da Câmara dos Vereadores. Porque são nessas casas onde ecoam as maiores denúncias contra a administração pública estadual, no que diz respeito à APP.

Muito obrigado.

O Sr. Artagão Júnior

Senhor presidente, é nessa esteira que estamos realmente trabalhando, infelizmente. V. Exa. não pôde estar na última reunião da Comissão de Fiscalização, mas sem dúvida alguma todas as sugestões lá colocadas foram aceitas por unanimidade. Nós estaremos sem dúvida alguma, acatando todas as orientações de V. Exa., até por conhecimento que o senhor tem, uma vez que representa aquela cidade como deputado nesta Casa.

Mas, mais uma vez demonstrando o compromisso que o governo tem com a transparência, uma vez que ele tem nos autorizado e nos orientado a trabalhar concomitantemente com as comissões e com as CPI's, a fim de elucidar todas as possíveis irregularidades que possam estar ocorrendo no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PP. Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

Pela ordem, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Apenas queremos registrar a presença do prefeito de Cerro Azul, Sr. Jaime Basso e, também, do ex-prefeito Rogério Pasquete, que são dois políticos da Região Oeste que dignificam a nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado. Muito obrigado pela presença.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, gostaria de ter a atenção de V. Exa., inicialmente para colocar uma questão que li nos jornais de que terá eleição para vice-presidente desta Casa. Eu não vejo necessidade de haver eleição, porque existe um 1º vice-presidente e nós, ao longo da história, temos exemplo, de que quando disputei a eleição de presidente da Casa com o deputado Nelson Justus, na qual fui derrotado, não teve eleição do vice-presidente. Então, acredito que se formos seguir a lógica, V. Exa. assumirá a vice-presidência desta Casa.

Porém, estou aqui, senhor presidente, para colocar, uma questão relevante, de falta de respeito a esta Casa de Leis.

Deputado Natálio Stica, V. Exa. que assume a Liderança do Governo e deve ter ouvido o pronuncia-

mento do governador Requião quando esteve aqui na sua posse, tanto eu quanto o deputado Jocelito entramos com um requerimento, pedido de informações sobre a distribuição de recursos da Secretaria da Comunicação no final do ano passado. Tomara que o canal 21 esteja transmitindo, porque segundo me falaram, o secretário da Comunicação estava “tírica” no dia em que o canal 21 estava transmitindo aqui e ele no aeroporto, não sei onde, assistia fazermos as cobranças ao Governo. Se o Canal 21 está aqui, certamente, estou conversando diretamente com o secretário Pissetti.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Rossoni, passaram “Randap” na “tírica”!

O SR. VALDIR ROSSONI

“Tomou Doril”? “Tomou Doril, Canal 21 sumiu”!

Tudo bem, é um direito do Canal 21, mas se estiver transmitindo estará prestando um grande trabalho ao Paraná, porque assim poderá mostrar aos paranaenses os dois lados da moeda e não apenas o lado do governo.

Senhor presidente, faço um requerimento e gostaria que V. Exa. tomasse as medidas cabíveis para o caso, porque quando um secretário não responder a um pedido de informação no prazo de trinta dias incorre em crime de responsabilidade em que será processado e julgado pelo Tribunal de Justiça. Então, solicito a V. Exa. que tome as medidas judiciais contra o secretário Pissetti, pois ele não respondeu o requerimento deste parlamentar e, por várias vezes, quando o Líder do Governo, Ângelo Vanhoni, subia à tribuna, eu sempre, lembrava-o, por uma eventualidade, não tinham chegado as informações. O meu requerimento foi aprovado por esta Casa e também de que o governador baixou um decreto dizendo que encurtaria o prazo para prestar essas informações, no caso para cinco dias e o secretário está desrespeitando a Constituição do Estado, o governador e temos que tomar as medidas para sermos respeitados.

Não adianta estarmos aqui querendo “cobrir o sol com a peneira”, discutir questão de carro, quando não nos fazemos respeitar no nosso direito, no direito regimental. Esse requerimento que estou falando foi aprovado e no dia de amanhã, senhor presidente, eu exijo, como parlamentar, não estou mais requerendo e sim exigindo que esta Assembléia entre com as medidas cabíveis contra esse secretário, já que ele está achando que está acima da lei.

E a última questão, senhor presidente, gostaria que V. Exa. me compreendesse. Infelizmente, o presidente Hermas Brandão não está. Mas faço a cobrança a V. Exa. e aguardo o posicionamento do presidente Hermas Brandão. No mês de outubro este parlamentar fez uma proposta aqui requerendo que a TV Educativa cedesse uma parte do seu horário para transmitir as sessões desta Casa. Então, a resposta do presidente Hermas Brandão foi de que no começo deste ano legislativo estaria instal-

ada a TV Assembléia. E eu quero fazer esta cobrança e aguardar a resposta da Comissão Executiva.

Era isso, senhor presidente, e estarei aguardando o posicionamento, naturalmente no dia de amanhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O questionamento de V. Exa. e a sua posição nós levaremos ao presidente Hermas Brandão e com certeza amanhã V. Exa. terá uma posição sobre os seus questionamentos.

PFL. Deputado Plauto Miró Guimarães, com a palavra.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados. O que me traz a esta tribuna, é uma preocupação que tive hoje neste plenário.

Acompanhei durante a última semana, a iniciativa do deputado Bradock do PMDB, meu companheiro da cidade de Ponta Grossa e durante decorrer das últimas semanas, todos os meios de comunicação do Estado divulgaram uma série de denúncias que o deputado Bradock recebia. Em especial da nossa UEPG que hoje está representada aqui pelos servidores que apóiam a CPI. CPI que já assinei e apóio.

Mas, o que me estranha senhor presidente e senhores deputados, é dentro das divulgações, de tudo aquilo que o deputado Bradock falou, que ele tinha denúncias na Universidade de Maringá, e também na Universidade de Guarapuava. Está nos jornais, na Gazeta do Povo, na Gazeta do Paraná e quantos outros jornais que publicaram as entrevistas do deputado Bradock.

E hoje, ele surge aqui no Plenário, com um pedido de CPI que eu assinei, que sou a favor das investigações quando têm denúncias, só que só da nossa UEPG. Só da nossa universidade. E as outras denúncias que aqui estão quem vai investigar?

Agora não tem mais validade aquilo que ele recebeu de Maringá, de Guarapuava?

Ainda há tempo, ainda há condições de podermos modificar, acho que foi um equívoco, quem sabe da redação, mas vamos modificar e ampliar. Vamos investigar todas. Se há denúncias delas, por que só a de Ponta Grossa?

Sou a favor da investigação de Ponta Grossa. Mas, Maringá que venha a ser investigado. De Guarapuava, que venha a ser investigada. De Londrina, deputada Elza, que é dirigida inclusive por um membro do Partido dos Trabalhadores. Temos que investigar! Por que só de Ponta Grossa?

Que fique no ar aqui a pergunta. Vamos investigar, sim. Todas, começamos por Ponta Grossa, mas passando por Londrina, Maringá, Guarapuava. Porque não é justo só uma ser investigada enquanto as outras que também há denúncias, não vão ser investigadas.

Não entendo essa posição, deputado Bradock.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PP. Deputado Fernando Ribas Carli, com a palavra.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com alegria que venho na tarde de hoje à tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Tive oportunidade, na última semana dos nossos trabalhos, de fazer um pronunciamento e no meu pronunciamento eu relatei algo a respeito de denúncias envolvendo membros do primeiro escalão do governo do Estado. E qual não foi a minha surpresa, deputado José Maria Ferreira, ao ligar a televisão na Rede Globo no sábado, notícia nacional, e ver exatamente aquilo que eu havia dito, por informações que chegaram a esta Casa. Não chegou só para mim, mas chegou a esta Casa, tanto é verdade que tem aqui um pedido de CPI daquela data para averiguar aqueles fatos.

Mas, a surpresa foi maior ainda, deputado Accorsi. No domingo, ao receber em minha casa a Revista Época, está estampado aqui na Revista Época e creio que todos os senhores tenham visto também, com o título: “A ingratidão dos políticos”. E aqui relata o fato dos recursos que foram doados para a campanha e que os deputados, nossos colegas, hoje secretário chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, e também Romaneli, que estariam sendo a “ponte”, fazendo a intermediação.

Vejam só! Conheço o deputado Caíto e conheço muito bem o secretário Romaneli e tenho convicção que isso não pode ficar no ar. Acho que dúvida não pode ficar no ar! Sou frontalmente contra bingo, sou contra carteados, sou contra qualquer tipo de jogo, qualquer tipo de loteria, porque para mim todo esse tipo de jogo é ladroagem, rouba o dinheiro do povo e principalmente daqueles que têm menos dinheiro, que acreditam no sonho, naquela probabilidade de ganhar na loteria, seja ela na Esportiva, na Sena, na Loteria Federal, na bola, na Toto-bola, neste rol de malandragens que existem aí. Creio que o governo Lula, também envolvido com a questão do Valdomiro, envolvido com o Cachoeira, com as mesmas empresas que administram um bingo, deputado Zucchi, no Rio Grande do Sul, em Minas e aqui no Paraná! Era uma empresa que foi comprada por uma outra empresa. Quer dizer, deve ter algum “caroço no meio dessa farofa”! Nós devemos procurar saber o que está acontecendo! Por quê não, senhores deputados, nós apoiarmos essa CPI? Vamos investigar?

E olha, fiquei feliz ao ler na imprensa paranaense a posição do secretário da Segurança, o Dellazari, dizendo que precisa ser feita uma CPI para averiguar isso aí. Eu concordo plenamente com ele! Nós temos que averiguar e não estou dizendo para averiguar só agora, não, mas vamos averiguar desde o início de tudo isso, vamos ver o que existe nisso aí! Porque a grande verdade é que houve uma proliferação fantástica da questão do bingo e com um envolvimento que está manchando o nome de muitas pessoas que considero sejam homens honrados. Creio

que é a oportunidade que temos de levantar e resolver esse problema na questão do dinheiro: se foi doado dinheiro para a campanha do governo do Requião ou não foi, porque a imprensa nacional está falando!

Então, queria afirmar na condição de que: por que não fazer a CPI? Como também acho muito oportuna a CPI proposta pelo deputado Mário Bradock a respeito das universidades, mas concordo com o deputado Plauto, deputado Bradock, eu pediria a sua atenção, vamos ampliar essa CPI. Porque sou autor, nesta Casa, de uma Comissão Especial de investigação, para apurar as irregularidades nas universidades estaduais do Estado. Temos esses documentos em mãos e por falta de assessoria técnica, não pudemos fazer esse trabalho. Eu me sinto de mãos amarradas. Porque temos documentos e denúncias. Temos denúncias de todas as universidades. Não estou aqui defendendo a posição de Ponta Grossa ou de Guarapuava, que é minha cidade, na qual represento, juntamente com o deputado Artagão Júnior. Não. Não é isso. Vamos averiguar, se existem denúncias. É a oportunidade de ampliarmos essa CPI. Eu mesmo, com os demais membros da Comissão Especial de Investigação estive-mos em Londrina, Maringá - em contato com o Ministério Público em Maringá - em Londrina, conseguimos documentos que comprovavam algumas denúncias. A CPI é um instrumento adequado, para averiguarmos isso. Acredito que poderíamos ampliar.

Concedo um aparte à nobre e ilustre deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia

Obrigado, companheiro.

Primeiro, gostaria de colocar que em relação às CPIs temos que valorizar esses instrumentos, que é de fundamental importância no nosso mandato. Quando houver denúncias claras, objetivas e documentos termos que realmente usar o instrumento das CPIs. Existe em relação a Ponta Grossa. Tenho a preocupação de ficarmos banalizando a CPI e generalizando, que todas as instituições possam ser atingidas. De repente tem uma denúncia contra a Assembléia Legislativa de algum Estado brasileiro e, então, vamos abrir CPI em todas as Assembléias Legislativas do País. Acho que temos que tomar cuidado com essa questão. O que existe hoje são documentos que o deputado nos apresenta, em relação a Ponta Grossa. Na direção que V. Exa. coloca vamos abrir uma CPI, em cima de documentos relativos a Ponta Grossa. Não podemos passar um facão generalizando, porque podemos colocar em desgraça ou inviabilizar as nossas instituições, tão importantes como são as nossas universidades do Estado do Paraná.

Em relação à questão dos bingos penso que a maior resposta que também vi pela televisão, deputado: fala do chefe da Casa Civil, Caíto Quintana e do Romanelli, secretário, que participaram de uma reunião, como é comum a vários deputados e deputadas, quando são convidados, em campanha eleitoral. Tivesse o gover-

nador Roberto Requião se utilizado de dinheiro ou participado de qualquer coisa, que não fosse limpa, ele não teria sido o primeiro neste País, a deflagrar uma guerra violenta contra a questão dos bingos. Acho que a maior resposta já foi dada. Depois, evidentemente, o presidente Lula vem também nessa direção. Como diz V. Exa. todos nós sabemos o que representam e para o que eram utilizados os bingos no Brasil: lavagem de dinheiro, contato com a máfia - é um negócio perigoso. O que o Caíto Quintana e o Romanelli colocaram naquela reunião é que precisaria haver uma normatização, se fosse o caso, mas não foi uma fala de se comprometer e nem explicitando qualquer envolvimento do governo do Estado, com o dinheiro sujo oriundo dos bingos.

Quero fazer aqui uma defesa, embora V. Exa. tenha colocado também e se manifestado em relação à integridade do Caíto Quintana. Reafirmo nossa posição de que entendo, que a resposta contundente, veemente, transparente e clara foi que o governador Roberto Requião, há muito tempo atrás, bem antes do presidente da República ter se manifestado, firmemente, de uma forma corajosa, contra a questão dos bingos no nosso Estado. Apenas dizer que é muito perigoso, quando colocamos todos na mesma vala comum.

Obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço o aparte da nobre e ilustre deputada Elza Correia. Mas eu queria reafirmar, quando faço essas colocações, que não são vazias e não são palavras jogadas ao ar, como é do costume de algumas pessoas que lançam notícias fabricadas e depois as pessoas têm que correr atrás para resgatar a sua honradez. Não. Isto aqui está na imprensa televisada e está aqui na imprensa escrita. E o título é sugestivo - veja só, quando a senhora faz a colocação, eu disse, eu acredito plenamente na integridade dos dois nomes citados e por isto que nós temos que averiguar até para desmoralizar a revista. Como que ela publica uma reportagem com esse título? Imaginem os senhores, o que é que quer dizer esse título: "A ingratidão dos políticos?" O que a Revista Época quer dizer com isto? Quem é o ingrato aqui?

Por isso eu acho fundamental, senhor presidente, que nós possamos fazer essa averiguação.

Quanto à questão da CPI das Universidades, o próprio deputado Bradock relatou na imprensa, está aqui na Gazeta do Povo, que ele já tem denúncias, deputada Elza Correia, das outras universidades, e nós temos documentação, que posso passar às suas mãos, eu tenho uma sala cheia de documentos, só para lhe dar um dado, veja só, e sempre procurei preservar as nossas instituições, porque acredito que as universidades são a nossa alavanca...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. já ultrapassou. Se V. Exa. não concluir, sou obrigado a pedir que outro orador se pronuncie.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

... as universidades eu considero como a alavanca do nosso desenvolvimento. Só para lhe dar um dado, deputada Elza Correia, num departamento, mais precisamente no departamento de veterinária da Universidade de Londrina, só num departamento, existiam 51 ou 52 cargos não tenho certeza do número, se 51 ou 52, que o menor salário era 9 mil reais e o maior era 12 mil reais. Esta é uma das denúncias. Então, existem números. Por isso eu acho importante que nós façamos uma averiguação, deputado Bradock, de todas as instituições.

Muito obrigado pela sua benevolência, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, no horário do PT, o deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Companheiros e companheiras, senhor presidente, hoje dois assuntos me trazem à tribuna e claro, pelo tempo, serei bem sucinto, evidentemente.

O primeiro é o de apoio aos meus companheiros educadores, como educador e professor também que sou. Quero lhes dizer, como já se pronunciou aqui o meu colega de Partido, Pedro Ivo, que estaremos votando com vocês.

Quero aproveitar a ocasião também para pedir um momento de silêncio e até pedir que ficássemos em pé, pelo passamento de uma companheira que na quarta-feira, dia 18, vindo para cá para discussão do PCCV, em primeira discussão, teve uma deficiência cardíaca e veio a falecer no dia 22 próximo passado. Gostaria que todos ficassem em silêncio, por favor, e em pé.

(Pausa para o momento de silêncio)

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Obrigado. Sueli dos Santos, esta companheira que faleceu, faleceu na luta, e com certeza merece para a sua lápide a frase de que foi uma mulher lutadora. Morreu defendendo a causa dos professores, educadores.

A Sra. Elza Correia

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Apenas para dizer que nós lamentamos profundamente a perda da nossa companheira e também manifestar o nosso pesar em relação a outra pessoa importante que nós perdemos a semana retrasada que foi a Deise Luz, uma jovem jornalista que cobria esta Casa, jornalista da Rádio Educativa, uma menina jovem, trabalhadora, uma jornalista combativa, ética e muito profissional que infelizmente entrou em coma e veio a falecer.

Então, eu acho importante também que a gente faça este registro pela importância que representava Deise Luz, não só para a imprensa, mas para todos nós.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Obrigado, companheira Elza.

Então, o nosso apoio total e irrestrito aos companheiros professores.

O segundo motivo que me traz aqui é para registrar a 14ª campanha da fraternidade promovida pela CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em 64 a Conferência dos Bispos lançava a primeira campanha da fraternidade e na quarta-feira de cinzas, como é comum no mundo inteiro lançava a 40ª campanha tendo como tema: “Água, fonte de vida”.

Quero parabenizar o companheiro Neivo que já fez referência a esse fato, referência à CNBB, é importante que não só a igreja católica e é bom registrar que as campanhas da fraternidade, nos últimos 10 anos, estão sendo ecumênicas e pedir aos meus colegas, Pastor Edson, Pastor Ailton e outros, que nós todos das igrejas tomemos o tema da água como tema nosso, como tema da vida mas não só as igrejas, todos nós, seres humanos, os seis bilhões!

Nós sabemos que apenas 2,5% das águas do mundo são potáveis, isto é muito sério. O que a igreja quer com o tema da campanha da fraternidade é exatamente chamar a atenção da população brasileira e isso se faz no mundo inteiro, quanto ao desperdício de água, quanto ao abuso de água, quanto ao desrespeito aos mananciais, quanto ao desrespeito à natureza mas sobretudo o que a igreja quer principalmente, é que a água continue patrimônio da humanidade inclusive propondo assinatura para reverter a Lei dos Recursos Hídricos para Patrimônio Hídrico, garantindo assim que a água seja patrimônio da humanidade. O que a igreja quer com isso? É evitar a mercantilização da água. Ora, nós já privatizamos aquilo que é dom de Deus, que é a terra! Deus ao criar a terra não deixou nenhum metro escriturado, hoje temos a terra privatizada, a água já privatizada e em breve teremos também o ar privatizado, para respirar teremos que pagar por isso. Como se avolumam pessoas e grupos preocupados em mercantilizar a água! Então é necessário que todos, católicos, evangélicos, sociedade civil, de maneira especial e particular nós parlamentares que temos o grave encargo e a responsabilidade de representar aqueles que nos elegeram, quero convocar todos para participar deste momento importante da CNBB que é a questão da água.

Permitam-me só mais um minuto, senhor presidente, no que diz respeito aos veículos desta Casa quero deixar registrado primeiro a minha posição favorável a respeito da entrega, nós precisamos, de fato moralizar! Eu, desde o início do meu mandato na legislatura, no ano passado que falava sobre isso, quando participando de reuniões da liderança, como vice-líder, este assunto foi tocado, precisamos moralizar! Eu, se não o único fui talvez um dos poucos deputados que não aceitou aquilo que é de direito, dois veículos, apenas um veículo o meu gabinete fez uso ao longo do mandato. Sou totalmente favorável, quero parabenizar a Mesa, a Casa. Como dizia

alguém que me antecedeu, não foi preciso que outras instâncias cobrassem de nós, nós mesmos, deputados estaduais, tomamos a iniciativa de moralizar esta situação que, de fato, vem sendo escândalo nacional para nossa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário do PMDB, deputado Bradock.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhores professores, funcionários da UEPG, deputado Plauto Miró Guimarães, deputado Fernando Ribas Carli.

Eu queria dizer, nas minhas palavras iniciais que não se trata apenas do requerimento para criação da CPI da UEPG de Ponta Grossa, com o deputado disse, apenas de Ponta Grossa. É que excepcionalmente, nesta universidade eu recebi dezenas de denúncias de mal versação do dinheiro público, irregularidades administrativas, peculato, desvio de verbas e outras coisas mais.

Quanto às demais universidades, existem várias denúncias que precisariam, com o tempo, ser melhor aprofundadas. Não impeço, senhor deputado Ribas Carli e o deputado Plauto, se acontecer de ser estendida, não me constrange em nenhum momento quanto à CPI das Universidades abranger as outras. Mas por ora Ponta Grossa é o foco das atenções. Recebi, como o Ministério Público de Ponta Grossa, várias, inúmeras denúncias que é o caso de polícia. E que deverá, ao longo da CPI, ser investigado melhor. Caso de peculato. De pegar o dinheiro no caixa da universidade e sumir o dinheiro. Casos de desvio na tesouraria e a Comissão processante da Universidade Estadual de Ponta Grossa, apenas dar um pito no vice-reitor e no ex-reitor dizendo: “meninos não façam mais isso”, vocês paguem o que vocês pegaram como vocês puderem. Não dá para aceitar uma situação dessas. A Universidade Estadual de Ponta Grossa é o maior tesouro que o povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais possui. E não podemos deixar que essas falcaturas continuem. Não estou falando aqui de distintivo político. Não quero saber se o reitor é do PMDB, do PT, do PSDB, do PFL, não me interessa. Interessa que ele cometeu deslizes. E como tal esses administradores deverão pagar pelo que cometeram.

Então, deputado Plauto, não se trata apenas de Universidade Estadual de Ponta Grossa, é que essa é a que tenho mais elementos e posso falar. Tenho provas contundentes. Hoje o promotor Dr. Fuabe, de Ponta Grossa está instaurando quatro inquéritos contra administradores da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Há uma possibilidade ainda, de ser instaurado uma ação de improbidade administrativa, do qual ensinará o afastamento imediato de toda a administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Então, não se trata de perseguição contra a Universidade Estadual de Ponta Grossa, até porque, eu me formei em Ponta Grossa, minha filha se formou em Ponta Grossa, o senhor deverá se formar em Ponta Grossa. Quantas pessoas de boa índole se formaram em Ponta Grossa.

Então, não é perseguição. Agora se a Mesa, se a Assembléia, decidirem que ela se estenda, para mim está ótimo. Não vejo problema nenhum. Se estiverem erradas outras universidades pagarão também pelos seus atos. Mas no momento o que tenho de conclusivo, de materialidade é contra a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Deputado, a preocupação que me traz dentro do grande respeito que tenho por V. Exa. é com relação ao texto dessa CPI. O senhor disse que se caso tiver necessidade, a CPI vai investigar as outras universidades também. Só deixar bem claro, a CPI como ela está não permite a investigação das outras universidades. Ela está direcionada só para a Universidade de Ponta Grossa. Sou a favor e a UEPG tem que ser passada a limpo. E que sejam punidos aqueles que utilizaram mal os recursos públicos da nossa universidade. Agora, não é justo direcionar e deixar fechado só para UEPG. Sendo que tem problemas, o deputado Carli como outros deputados fez parte de uma Comissão investigatória das outras universidades e todas elas têm denúncias. Por que deixar fechado só para Ponta Grossa? Vamos mudar o texto, objeto dessa CPI deixando aberto para todos.

Vamos começar em Ponta Grossa e dentro das demais denúncias que com certeza irão chegar, nós teremos condições legais e regimentais de investigar as outras também. Como está, vai ficar só na nossa o IPG.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Terminando o meu raciocínio deputado Plauto e deputado Ribas Carli, não vou ficar constrangido se Vv. Exas. permitirem um aditivo no requerimento. Mesmo que os demais deputados assinem eu também assinarei, apenas eu não posso ser incoerente de ter elementos suficientes para Ponta Grossa assinar ou indicar que as outras também paguem. Mas, se tiver aditivo eu não vejo motivo nenhum.

Quero agradecer a presença dos professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela atenção dos nossos colegas.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo, deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Respondendo, já que a partir da semana que vem, possivelmente já devo estar no posto de líder do Governo, eu tenho um estilo de responder tudo que for questionado.

Hoje, houveram vários questionamentos com relação ao governador Requião e nós que estamos trabalhando, não só nós do PT, mas a Bancada de Apoio ao Governo Requião que está diariamente com o governador, sabe da sua maneira de governar e não podemos ficar ouvindo até alguns descabimentos pedindo aí escusas aos deputados da Oposição, mas sou obrigado a fazer correções.

Primeiro, queria falar sobre o bingo, mas não se faz mais necessário, até porque o tempo é curto e a deputada Elza já respondeu com muita galhardia mostrando a postura do governador com relação aos bingos do Estado do Paraná. Eu mesmo tinha uma postura ao do Governo Lula, de que nós devemos discutir a regulamentação, mas nesse momento o próprio governador e o presidente Lula editam uma medida provisória proibindo os bingos no país, porque chegou num tal descontrole que se não fizer um estudo mais aprofundado não há como se discutir a regulamentação. Por isso demonstra que o governador estava correto quando assumiu para valer essa luta muito bem defendida pela deputada Elza.

Ouvi aqui acusações em relação ao porto de Paranaguá. O deputado Plauto diz que o porto está com problema porque 30, 40 navios estão parados e, é verdade, esperando para poderem atracar. Na sequência vem o deputado Elio Rusch e diz que o porto está perdendo exportações por conta da soja transgênica que não passa por este Estado.

Ora, no mínimo há uma incoerência. Eu tenho alguns dados aqui, aonde demonstra que mesmo neste momento em que nós poderemos dizer que estamos na entre safra e que cai a rotatividade daquele porto, aumentamos, e os números estão aqui para comprovar de 01.01 até 17.02.2003, havia uma rotatividade de 2.21 milhões de toneladas. O mesmo período de 2004, passou para 3.28 milhões de toneladas, aumentando praticamente quase 50%. Isto demonstra que não caiu, muito pelo contrário, aumentou. É por isso, que nos vimos lá a partir da Ilha da Galheta cerca de 30 navios diariamente encostados esperando a vez de entrar no porto.

Isso demonstra que o porto está sim, numa condição sadia, com uma recuperação e que o porto acaba de demonstrar o lucro que adquiriu neste ano de gestão do Governo Requião. Inclusive, colocando parte do seu lucro nas ruas de Paranaguá que esta deveria já ter sido uma preocupação do porto, não só desburaquear as ruas e sim colocar cimento e fazer uma parceria para ajudar aquela cidade.

Escutei críticas à política de educação e, nesse sentido, quero já responder aos deputados Reni e Chico Noroeste que fazem e encaminham pedido para criar uma comissão de deputados da região oeste e discutir a questão da educação superior. Nós vamos pedir para discutir a matéria e já faço o convite a todos os deputados, e base de apoio ao Governo ou não, para que na próxima segunda-feira, às 08h00min., no Museu Oscar Niemayer, todos compareçam, porque o secretário Aldair Rizze vai

fazer uma convocação com os senhores deputados com relação à nova política do Governo do Estado sobre ensino superior. Não tínhamos uma política, é bem verdade, estava a bel-prazer, teremos uma política para educação superior no nosso Estado e isto vai ser discutido na segunda-feira. Quero, desde já deixar o convite a todos os deputados, feito pelo governador Roberto Requião.

Em relação aos requerimentos, continua valendo a ordem dos cinco dias, alguns requerimentos necessitam um pouco mais de tempo. Em relação ao questionamento do deputado Rossoni, em especial, acabei de falar com o secretário Pissetti e há muito tempo saiu daquela pasta o requerimento, está na Casa Civil e amanhã estará na sua mão a resposta do requerimento feito por V. Exa. em dezembro do ano passado.

Quando eu assumir definitivamente a liderança, todos os questionamentos serão, não só por mim, mas pela Bancada aqui, respondidos porque este Governo, acima de tudo, exige e vai praticar a transparência, principalmente aqui, já que somos os seus fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto à Liderança da Oposição se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o senhor deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, senhores professores:

Hoje, seguramente vamos apreciar na Assembléia uma das mensagens mais importantes deste novo período Legislativo, que é o Quadro de Cargos e Salários dos senhores professores que já passou, inclusive, em primeira votação. Faço um esclarecimento que, em função das várias emendas que certamente serão apresentadas a esse projeto, nós não teremos a discussão dessas emendas na tarde de hoje e, possivelmente, isso acontecerá em passando pela Comissão de Constituição e Justiça ou amanhã ou na próxima quarta-feira.

Então, não quero perder a oportunidade de dizer que as Oposições apresentam algumas emendas a esse plano de Cargos e Salários dos senhores professores, emendas que efetivamente buscam fortalecer o anseio da classe do magistério do Estado do Paraná. Por exemplo, uma das emendas apresentadas por nós, deputados da Oposição, trata da fixação da data-base. Hoje, a data-base está fixada no dia 1º de junho, nós estamos apresentando uma emenda fixando uma data-base em 1º de fevereiro que, obviamente, será apreciada na Comissão de Constituição e Justiça, e, posteriormente, no plenário.

Estamos apresentando também uma emenda supressiva ao artigo 39 e 46 do referido projeto. Qual é o objetivo?

O governo pretende eliminar na sua proposta a gratificação especial de 50% aos professores das APAE's, aos professores que lecionam nas APAE's e, obviamente, a todos os professores que lecionam na educação espe-

cial, aqueles que lecionam para cidadãos que tenham deficiência auditiva, deficiência visual, o que me parece de uma tremenda injustiça que se quer cometer com esses professores das APAE's ou da educação especial. Nós estamos assegurando com essa emenda supressiva e uma emenda modificativa ao artigo 27, a gratificação de 50% sobre o vencimento para o professor que exerce atividade de docência em atendimento pedagógico especializado para alunos com necessidades especiais. Parece-me, Padre Paulo, uma emenda da maior importância, talvez venha o Governo dizer que o benefício estará sendo mantido para os atuais professores, o que é verdade, mas o benefício excluirá todos os futuros professores que venham a lecionar em educação especial.

Na verdade um atentado. Uma marca impiedosa cravada no coração das nossas crianças com deficiência e certamente no coração dos pais dessas crianças. Porque todos nós sabemos que além do interesse financeiro que tenha o professor de ir para a educação especial, eu não conheço um professor que esteja na educação especial que não tenha um sentimento, uma emoção, que tenha uma dedicação, uma verdadeira abnegação por dar uma atenção especial a esses nossos irmãos que não tiveram a mesma sorte que nós. Ou talvez tenham eles muito mais sorte que todos nós. Não sabemos.

Mas, entendo que se 90% talvez faça esse trabalho puramente adnegado e com dedicação, existem alguns que precisam desse incentivo financeiro.

E nós só estamos permitindo que os atuais continuem com 50% de gratificação, mas que os futuros continuem e que eles possam levar esses benefícios em suas carreiras.

Eu não quero crer que o grande senador do Paraná Flávio Arns, que é senador do PT, que tem uma identidade marcante com as APAE's deste Estado, possa não ser entendido pela sua base aqui na Assembléia, que são os nossos deputados do PT. Que aliás, tenho certeza, não só os deputados do PT, mas os deputados da base do governo vão apoiar essa emenda da oposição porque ela é uma emenda que fortalece e reconhece a luta dos professores das APAE's. Tenho certeza, deputado Stica, que o deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, não vai querer essa marca para o resto de sua vida, de encaminhar uma votação contra os professores das APAE's, professores que se dedicam para a educação especial.

Também apresentamos uma outra emenda que procura corrigir um erro na propositura do governo do Estado, que efetivamente é com relação às férias dos professores.

Nós entendemos que o professor, pela sua missão, pela sua dedicação, deva ter 60 dias de férias. Não é assim que está pensando o governo, que pretende 30 dias de férias e os demais dias em forma de recesso.

E também, estamos apresentando uma emenda, haja vista que há ampla discussão, a APP encaminhou e aqui vai as minhas homenagens à APP que teve habil-

idade e competência representando os professores na condução das negociações com o governo.

Mas, o governo anunciou para todo o Paraná e para a APP, que no mês de novembro apresentaria o Plano de Cargos e Salários dos Professores e que imediatamente entraria em vigor. Nós estamos em fevereiro, infelizmente no Brasil me parece que o ano só começa depois do Carnaval, e só depois do Carnaval estamos votando essa matéria.

Então, nós estamos propondo que ele seja retroativo à data que o governo anunciou, que foi 1º de novembro.

Gostaria imensamente de ceder aparte a todos os amigos que aqui estão, mas em respeito ao presidente, deixarei de fazê-lo. Como o tema é palpitante, discutir esse tema à exaustão quando do encaminhamento da votação dessas emendas.

O SR. TADEU VENERI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Apenas para não perder a oportunidade de complementar o que disse o deputado Durval Amaral. A Comissão de Educação apresentou já na quarta-feira anterior, algumas emendas, deputado Durval Amaral, que contemplam a sua preocupação e inclusive a Comissão de Educação apresentou emendas com relação aos sessenta dias do recesso, das férias e também com relação aos 50% da educação especial.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Fico muito feliz, porque tenho certeza que os deputados da Comissão de Educação, mais os deputados da Oposição e mais o bom senso da Casa farão com que essas emendas sejam aprovadas e ganharão, com toda certeza, os professores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Recebo aqui a assinatura de diversos deputados, encabeçado aqui pelo deputado Delegado Bradock, um requerimento que requer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Mesa dá como recebido, determina o seu protocolo, publicação no Diário da Assembléia e encaminha à Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Projetos que necessitam de apoio: deputado Jocelito Canto, deputado Padre Paulo Campos (2 Projetos), deputado Mauro Moraes, deputado Nereu Moura, deputado André Vargas, deputado Natálio Stica (2 Projetos). **Apoiados.**

Projeto de Resolução da deputada Elza Correia. **Apoiado.**

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 004/2004, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a alteração da vinculação do município de Cambira à circunscrição da Ciretran de Jandaia do Sul para Apucarana. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 005/2004, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando a cessão de terreno de propriedade do Iapar, localizado no município de Londrina, para a Oscip MAE - Meio Ambiente Equilibrado, para fins de restauração, conservação e preservação desse patrimônio. **À Comissão de Terras, Imigração e Colonização.**

Projeto de resolução de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 110, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar em viagem oficial para participar da Missão Paranaense à Argentina entre os dias 02 e 07 do corrente mês de março. **Autorizado.**

Requerimento nº 111, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a liberação de verbas para pagamento de custas de viagem para participar da Missão Oficial Paranaense à Argentina entre os dias 02 e 07 de março corrente. **Autorizado.**

Requerimento nº 112, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar em viagem oficial para participar da Missão Paranaense à Argentina entre os dias 02 a 07 de março. **Autorizado.**

Requerimento nº 113, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando a liberação de verbas para pagamento de custas de viagem oficial para participar da Missão Paranaense à Argentina entre os dias 02 a 07 do corrente mês na cidade de Buenos Aires. **Autorizado.**

Requerimento nº 117, de autoria do deputado Delegado Bradock, com apoio dos deputados Padre Paulo Campos, André Vargas, Alexandre Curi, Waldir Leite e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apurar irregularidades na Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 122, de autoria dos deputados Luiz Carlos Martins, Ratinho Júnior, Barbosa Neto e demais deputados, constante do expediente, solicitando aditivo ao requerimento de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades na Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Autorizo a inclusão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuaristas da Estrada Gávea - AAEG, com sede e foro no município de Pérola. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas à todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação a arrecadação do ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - aprovada.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2003, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico de Londrina, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do município de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro na comarca de Cantagalo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que dispõe sobre a cobrança de valores para a inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre licença especial remunerada para fins de aposentadoria. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 674/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio aos Marinheiros de Paranaguá, com sede no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 710/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Pacientes com Câncer - AAPC, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 004/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E EMENDAS DA CECE.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

Fica inserido novo artigo ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, com a seguinte redação:

“Art. ... Fica instituída a data base no dia 1º de fevereiro para reposição salarial das perdas salariais dos professores.

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Alexandre Curi.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

Acrescenta o parágrafo 2º ao artigo 16, com a seguinte redação:

Art. 16 ...

“§ 2º - O professor detentor dos títulos de mestre ou doutor poderá utilizá-los tanto para promoção ao nível II como para nível III, nos termos da presente lei”;

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Alexandre Curi.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

Dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 22, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 ...

“§ 3º - Para o cálculo de proventos de aposentadoria, no que se refere às gratificações, aulas e serviços extraordinários o Tide (Tempo Integral de Dedicação Exclusiva) será considerada a média das contribuições; para a professora a média de 1/300 e para o professor a média de 1/360.

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Alexandre Curi.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

Acrescenta novo parágrafo ao artigo 26, alterando o parágrafo único para parágrafo 2º, com a seguinte redação:

Art. 26 ...

“§ 1º - Fica assegurado o recebimento do auxílio-transporte proporcional à jornada de trabalho de vinte horas semanais para professores com jornadas diferentes, inclusive nas aulas extraordinárias, serviços extraordinários e Tide (Tempo Integral de Dedicação Exclusiva).”

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Alexandre Curi.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

Fica inserido novo artigo ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, com a seguinte redação:

“Art. ... Aos professores amparados pela Lei nº 10219/92, e pela Lei Complementar nº 75/95, fica assegurado o enquadramento de acordo com a sua habilitação.”

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Alexandre Curi.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

Fica inserido novo artigo após o Artigo 36, remunerando-se os seguintes.

“Art ... Os professores e especialistas em educação do QUP (Quadro Único de Pessoal) ficam enquadrados pelo nível de habilitação.”

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Alexandre Curi.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA SUPRESSIVA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

Ficam suprimidos os artigos 39 e 46 do Projeto de

Lei Complementar nº 003/2004.

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Alexandre Curi.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em de 16 (dezesesseis), de autoria de diversos deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004**

A presente Emenda Modificativa tem por objetivo alterar a redação do parágrafo 4º do artigo 5º do Projeto de Lei nº 003/2004, conforme redação a seguir:

“Artigo 5º - ...

“§ 4º - Para o exercício do cargo de professor nas atividades de coordenação, administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional é exigida graduação em Pedagogia ou pós graduação nestas atividades.”

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Nelson Justus e Luiz Accorsi.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02**

Acrescenta novo inciso ao Artigo 27, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 27 ...

“Inciso III - Gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do professor, que exerça atividades de docência e atendimento pedagógico especializado para alunos com necessidades especiais.”

Sala das Comissões, em 01.03.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Barbosa Neto, Ratinho Júnior, Nelson Tureck e Cida Borghetti.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 03**

Dá nova redação ao Artigo 32, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 32 - As férias do professor em exercício nos estabelecimentos de ensino serão de 60 (sessenta) dias, dos quais pelo menos 30 (trinta) consecutivos usufruídos em período de recesso escolar, observando o cumprimento do calendário escolar de acordo com o que dispõe a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional.”

Sala das Comissões, em 01.03.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Barbosa Neto, Ratinho Júnior, Nelson Justus e Cida Borghetti.

**EMENDA SUPRESSIVA Nº 04
SUBSTITUTIVO GERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Fica suprimido o Artigo 39 do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Nelson Tureck, Barbosa Neto, Hermas Brandão e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

Não podemos aceitar a suspensão da gratificação de atuação no ensino especial, prevista no artigo 75 da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976. A supressão do referido artigo, no Substitutivo e na própria proposta do Executivo, não fere dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, haja vista que essa despesa já consta do Orçamento da Secretaria de Estado da Educação, pois vem sendo paga desde 1976.

A Federação Estadual das APAE's através de seu presidente, Emílio Mudrey, conclama esta Casa a aprovar esta emenda, suprimindo do Projeto de Lei Complementar o artigo 39, em razão dos seguintes fundamentos:

“1 - O Estado do Paraná conseguiu estruturar uma rede de atendimento em Educação Especial, com padrão de qualidade reconhecida nacionalmente, a partir do incentivo de 50% aos docentes especializados na área.

2 - Teme-se que a supressão de tal bonificação aos professores resulte a curto prazo no esvaziamento de docentes especializados para o exercício profissional nessa área educacional.

3 - A gratificação de 50% para a Educação Especial, tradicional em vários Estados da Federação, constituiu-se em reconhecimento da difícil e desafiadora tarefa do trabalho docente junto aos educandos portadores de deficiência ou de necessidades educativas especiais.

Na esperança de que o clamor e o atendimento à reivindicação de 25.000 professores que atuam nessa área educacional seja acolhida pelos legisladores paranaenses, subscrevemo-nos.”

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 05

O deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais (artigo 138, parágrafo 4º), modificando o disposto no Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, no sentido de tornar o incremento salarial definido no referido projeto retroativo do mês de janeiro de 2004.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) NEIVO BERARDIN

Apoioamento:

Nelson Tureck, Elio Rusch, Durval Amaral e 1 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 06

Modifica o parágrafo único do Artigo 32, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“Art 32 ...

Parágrafo Único - Os professores em exercício nos Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais de Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas terão direito, além das férias previstas no *caput* deste artigo, a um recesso remunerado de 30 (trinta) dias, condicionado ao cumprimento do calendário escolar, composto de 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias destinados a atividades e formação continuada”.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoioamento:

Vanderlei Iensen, Marcos Isfer. Antonio Anibelli e 01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO Nº 07

A presente Emenda Modificativa e Supressiva ao Projeto de Lei nº 003/2004, tem por objetivo alterar a redação do seu artigo 32, suprimindo-lhe o parágrafo único por incompatibilidade com a nova redação que segue:

“Artigo 32 - As férias do professor em exercício nos estabelecimentos de ensino serão de 60 (sessenta) dias, dos quais pelo menos 30 (trinta) dias consecutivos usufruídos em período de recesso escolar, observando o cumprimento do calendário escolar de acordo com o que dispõe a Lei nº 9394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, ELIO RUSCH E VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Não se justifica a pretendida alteração, ainda que parcial, do direito já consolidado às férias de 60 dias dos professores.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 08

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 003/2004, propõe acrescentar, onde couber, dispositivo, conforme redação a seguir:

“Art. ... - Fica estabelecido o mês de fevereiro, de cada ano, com data-base para efeito de aumento de vencimento e de reposição ou reajuste de vencimento necessário à recomposição do seu respectivo poder aquisitivo.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI E ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Para que não se procrastinem as justas e necessárias correções de vencimentos dos professores, é fundamental que se estabeleça uma data-base para que as providências necessárias sejam anualmente tomadas, sem que as diferenças se acumulem ao longo dos anos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 09

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 003/2004, tem por objetivo corrigir a redação do seu Artigo 48, conforme redação a seguir:

“Artigo 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI E ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Poder Executivo divulgou amplamente nos meios de comunicação, em especial na TVE - Televisão Educativa do Estado, que estaria encaminhando o Plano de Carreira dos Professores da Rede Pública Estadual, no mês de outubro de 2003, gerando uma justa expectativa entre os servidores da educação, natural que os efeitos financeiros do Plano proposto sejam computados desde então.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO Nº 10

A presente Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 003/2004, objetiva suprimir da redação originalmente proposta os Artigos 39 e 46, remunerando os demais em ordem seqüencial.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI E ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

É inaceitável e injustificável que neste novo Plano de Carreira de Professores seja suprimida a “gratificação de atuação no ensino especial”. Tal gratificação representa mero ato de justiça e foi uma árdua conquista alcançada pelos profissionais da educação que exercem suas atividades no ensino especial, tanto nas próprias escolas da rede estadual como nas APAE's deste Estado, onde sabidamente é muito maior o esforço e o desgaste pessoal do profissional no atendimento das crianças e dos jovens portadores de necessidades especiais.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 11

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 003/2004, objetiva acrescentar novo inciso ao Artigo 27, conforme redação a seguir:

“Artigo 27 -

I -

II -

III - Gratificação de 50% sobre o vencimento para professor que exerce atividade de docência e atendimento pedagógico especializado para alunos com necessidades especiais.”

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI E ELIO RUSCH.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 12

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 003/2004, objetiva suprimir expressão final ao Artigo 47, conforme redação a seguir:

“Artigo 47 - O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta lei.”

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI E ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

A supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do Artigo 59 da Constituição Federal.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 13

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 003/2004, tem por objetivo corrigir a redação do seu Artigo 2ª, conforme redação a seguir e justificativa abaixo:

“Artigo 2º - Integram a carreira de Professor da Rede Estadual de Educação Básica os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades nos Estabelecimentos de Ensino, nos Núcleos Regionais de Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a elas vinculadas, incluídas as de direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa, atuando na Educação Básica, nos termos da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, que

dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI E ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa é necessária para efeito de harmonizar o projeto de lei com a filosofia que o norteou, segundo exposto na mensagem do senhor governador e, em especial, compatibilizá-lo com o que dispõe o inciso V do Artigo 4º, que, além da docência, arrola entre as funções de suporte pedagógico, também inerentes ao cargo de professor, a atividade de pesquisa.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 14

Modifique-se o parágrafo único do Artigo 32, ficando da seguinte forma:

Parágrafo Único - O professor em exercício nos estabelecimentos de ensino terá direito, além das férias previstas no *caput* deste artigo, a recesso remunerado de 30 (trinta) dias, condicionado ao cumprimento do calendário escolar, composto de 200 (duzentos) dias letivos, dos quais 15 (quinze) dias no período de dezembro a fevereiro e 15 (quinze) dias no mês de julho.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Marcos Isfer, Tadeu Veneri e Jocelito Canto.

JUSTIFICATIVA:

A presente modificação se faz necessária para manter os 60 dias de descanso dos professores, tendo em vista que a atividade produz um desgaste físico e mental comprovado por várias pesquisas, inclusive a última que está publicada no livro “Educação, carinho e trabalho” organizado pelo Departamento de Psicologia do Trabalho da UnB.

Ainda mais quando na maioria dos Estados é de 60 dias, sendo que no município de Curitiba é de 65.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 15

Seção III - Do Auxílio-Transporte
Acrescentar:

Artigo 26 - Os professores em exercício nos Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas receberão auxílio-transporte correspondente no mínimo de 24% (vinte e quatro por cento) sobre o vencimento do Nível I, Classe 5, da Carreira, com incidência para todos os efeitos legais, proporcional à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoiamiento:

Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral e Valdir Rossoni.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 16

Acrescenta o parágrafo único ao Artigo 15, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Fica assegurado o reconhecimento para fins de avanço e progressão funcional, dos diplomas de cursos de especialização obtidos pelos professores, em estabelecimentos de ensino reconhecidos oficialmente.”

Sala das Sessões, em 01.03.2004.

(a) RENI PEREIRA

Apoiamiento:

Doutor Luciano, Chico Noroeste, Marcos Isfer e Felipe Lucas.

JUSTIFICATIVA:

Visando aprimorar seus conhecimentos para um melhor desempenho profissional e contando com a previsão de Avanço Funcional, vários professores da rede pública ingressaram em Instituições de Ensino para fazerem cursos de especialização, às suas próprias custas. Alguns, após a conclusão da Especialização, encaminharam os respectivos diplomas à SEED para fins de acervo. Entretanto os professores continuam sem decisão, sendo que alguns, há mais de cinco anos.

No sentido de solucionar a aflição, não só destes professores, mas de outros que ingressaram ou pretendem ingressar em cursos de em Especialização, face a notícia de que alguns professores celetistas (CLT), tiveram reconhecidos os seus diplomas, obtidos nas mesmas instituições, havendo maior remuneração por parte dos mesmos.

O projeto voltará à CCJ para a apreciação das emendas recebidas por esta Mesa.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. declarou encerrada a discussão?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A discussão, porque o projeto está em 2º discussão, deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Ok.

O SR. HERMAS BRANDÃO (**Pela Ordem**)

Para esclarecer, senhor presidente. Eu gostaria que V. Exa. comunicasse aos nossos visitantes, principalmente, os professores, que são os maiores interessados nesse projeto, que no entendimento com o deputado Hermes Fonseca, a CCJ vai se reunir amanhã e dará o parecer nas emendas ainda amanhã.

Colocaremos na pauta, quarta-feira e faremos quantas sessões forem necessárias, para aprovarmos e encaminharmos esse projeto para o governador ainda na quinta-feira.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O comunicado foi feito pelo nosso presidente Hermas Brandão e dessa forma os nossos queridos representantes, aqui, dos professores ficam sabendo do encaminhamento da votação do projeto, com o parecer dado em todas as emendas recebidas.

Sobre a mesa, Requerimento nº 100 de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 109, de autoria do deputado Jocelito Canto, com apoioamento dos deputados Vanderlei Iensen, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Antonio Anibelli, Dobrandino da Silva e Natálio Stica, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 114, de autoria dos deputados Chico Noroeste e Reni Pereira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 083, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 084, 084-A e 086, de autoria do deputado Ailton Araújo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 088 a 090, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 091 e 092, de autoria do deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Autorizados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 093 e 120, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 095, de autoria do deputado Natálio Stica, com apoioamento do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 097 a 99, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 107 e 118, de autoria da deputada Cida Borghetti,, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 115, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 116, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 119, de autoria do deputado Jocelito Canto, com apoioamento dos deputados Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Carlos Simões, Ademar Traiano e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 121, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Gostaria de lembrar que o presidente Hermas Brandão e o Instituto de Engenharia do Paraná, através do presidente, Gilberto Piva, convidam a todos para a abertura da exposição “Arquitetura Atual” e do lançamento do livro que estará sendo realizado dia 1º de março, portanto, hoje, às 18 horas, e que ficará em exposição aqui nesta Assembléia de 1º a 31 de março.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2003.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 078 e 292/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158, 387 e 574/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 043, 504 e 711/2003.

Levanta-se a Sessão.

Republicação de Ata:

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Passando em seguida à Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 666/2003 e 707/2003, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária